

O DESTINO DO CENTRO HISTÓRICO DE NÁPOLES, EM QUARENTA ANOS DE DEBATES E PROPOSTAS PROJETUAIS: DO PLANO DE 1971, AO GRANDE PROGRAMA UNESCO

Andrea Pane

Tradução: Beatriz Mugayar Kühl

O centro histórico de Nápoles, com os seus 1917 hectares de extensão – dos quais, cerca de 1021, inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco –, é um dos maiores e mais antigos da Europa. Essa afirmação, difundida na rede e repetida com frequência pelos políticos, requer necessária e imprescindivelmente ser precisada: a área que corresponde à antiga cidade de fundação grega denominada *Neapolis* – datada, segundo a tradição, do século 5 a.C., e hoje um pouco retrodatada, graças a achados arqueológicos que se seguiram às escavações para a construção do metrô¹ – estende-se por menos de 146 hectares. A progressiva ampliação do perímetro do centro histórico, até os citados 1917 hectares atuais – que compreendem também partes da cidade novecentista, junto com os núcleos históricos de algumas pequenas aglomerações (*casali*) agregadas ao município de Nápoles nos anos 1920 –, é fruto de um processo articulado que será ilustrado ao longo deste texto.

A rigor, portanto, a cidade originária, que remonta há mais de 27 séculos – datação que induz a incluir Nápoles entre as áreas urbanas mais antigas da Europa –, coincide apenas com algumas partes limitadas de seu atual centro histórico. Entre elas, é necessário mencionar, antes de tudo, o primeiro estabelecimento de *Partenope*, fundado pelos cumanos na atual localização de Pizzofalcone, em torno do século 8 a.C., que foi seguido pela fundação da “cidade nova” – em grego *Neapolis* –, já no final do século 6 a.C., com uma expansão urbana mais consistente, ocorrida durante o século 5 a.C.

Enquanto, da primitiva fundação de *Partenope*, não sobrevive nenhum traço que aflore de modo visível nos dias de hoje, a cidade nova, *Neapolis*, ainda é perfeitamente reconhecível, em seu traçado regular baseado no esquema pseudo-hipodâmico, ou seja, derivado dos modelos adotados por Hipódamo de Mileto nas colônias orientais². Como em outras cidades coevas de fundação grega, o traçado de *Neapolis* é articulado sobre três vias principais, orientadas aproximadamente de leste a oeste e denominadas *plateiai*, com largura de cerca de seis metros, e sobre uma série de ruas ortogonais, orientadas aproximadamente de norte a sul, e denominadas *stenopoi*, com largura de cerca de três metros. Essa grelha define *insulae* retangulares muito alongadas, com cerca de 185 metros de comprimento e 35 metros de largura.

Se forem excetuadas algumas importantes modificações ocorridas nos séculos – devidas principalmente ao extraordinário crescimento das propriedades das ordens monásticas, que produziu, desde o final do século 16, o particular fenômeno de “fazer *insula*”, ou seja, reunir duas ou mais *insulae* da grelha original, englobando também as ruas –, o traçado da antiga *Neapolis* sobrevive hoje, depois de quase 25 séculos, praticamente intacto na sua identidade. Trata-se, portanto, de um caso verdadeiramente significativo de continuidade da chamada *loi de persistance du plan*, segundo a feliz expressão de Pierre Lavedan, em parte antecipada nos escritos de Gustavo Giovannoni, do início do século 20³.

É por esse motivo que, a partir de meados dos anos 1960, Roberto Pane propôs a distinção – especificamente aplicável ao caso de Nápoles, mas que tem relações com muitas cidades europeias – entre *centro antigo* e *centro histórico*, em que o primeiro corresponde ao núcleo de fundação da cidade, enquanto o segundo, que contém o primeiro, coincide com a cidade histórica até as mais recentes estratificações⁴. “Se o centro antigo corresponde ao âmbito da estratificação arqueológica,” – escreve Pane – “o centro histórico é a própria cidade em seu conjunto, nela compreendidos seus aglomerados modernos. Noutras palavras, *aquilo que é antigo é histórico, mas nem tudo que é histórico é antigo*⁵.”

Explicitada essa imprescindível premissa de caráter histórico e teórico, é possível enfrentar o tema da conservação do centro histórico de Nápoles pela análise de quase meio século de debates e propostas de intervenção. Não é simples, na verdade, sintetizar, em poucas páginas, uma densíssima atividade de discussões públicas e de projetos que – pelo menos a partir de 1965 – têm por objeto o centro histórico da cidade e, em particular, o seu *centro antigo*. Ao percorrer a riquíssima bibliografia a respeito⁶, é possível perceber que, além de ser um dos centros históricos mais extensos da Europa – se não o mais extenso –, o de Nápoles é também um dos mais estudados e analisados, em todas as suas possíveis facetas. Mas a essa miríade de estudos não correspondeu, todavia, quase nenhuma intervenção de restauro urbano, no curso das últimas décadas. Dessa situação, deriva, portanto, o paradoxo de que, a um excepcional conjunto de valores, acompanhado de numerosas propostas qualificadas de restauro, corresponde um quadro de abandono desolador.

O centro histórico de Nápoles, com efeito, além de ser o maior e mais estudado da Europa, é provavelmente também o mais degradado do continente, com problemas sociais, econômicos, estruturais que, em muitos casos, remontam há mais de um século, e para os quais ainda não foram encontradas soluções. Percorrer hoje o centro histórico e, especificamente, o *centro antigo* de Nápoles comporta a percepção sincrônica de extraordinários testemunhos arqueológicos, histórico-arquitetônicos, antropológicos, entrelaçados em configurações estratificadas e autênticas, que são encontráveis em pouquíssimas cidades do mundo. Junto disso, no entanto, o visitante de hoje não consegue entender, nem justificar, a incúria dos espaços públicos, a degradação de grande parte das construções, a alteração de muitos edifícios de modo mais ou menos abusivo, o abandono de muitas igrejas, a brutalidade de muitos de seus habitantes, a ausência de qualquer respeito pelo decoro urbano e, mais recentemente – em que é cúmplice a crise econômica –, o encerramento de muitas atividades artesanais que caracterizavam sua vitalidade e a continuidade de seus valores imateriais⁷.

Parece clara, portanto, a utilidade desse breve resumo, motivado também pela história recente do centro histórico, declarado Patrimônio Mundial da Unesco em 1995, objeto de um tardio Plano de Gestão do sítio, elaborado pela administração municipal em 2011, e hoje no centro do debate público, por causa da disponibilização de um modesto financiamento europeu destinado à requalificação urbana (100 milhões de euros, reduzidos em relação à previsão inicial, de 280 milhões). Para enquadrar a situação atual, será proposto um breve transcurso por pouco mais de quarenta anos de história, desde a segunda metade dos anos 1960, data a partir da qual o centro antigo de Nápoles começou a ser objeto de estudos e de aprofundamentos específicos. O foco se concentrará, em

particular, no *centro antigo*, lugar onde permanece a estratificação milenar da cidade, evidenciando também a progressiva ampliação do *centro histórico* até seus limites atuais. Será possível, desse modo, ver a cidade de Nápoles como um paradigma da evolução do restauro urbano na Itália, em mais de quatro décadas de debate.

DOS DESVENTRAMENTOS AO “RESTAURO URBANÍSTICO”: O PLANO DE 1971

Se olharmos rapidamente as propostas que envolveram o centro antigo de Nápoles, a partir da segunda metade do século 19, podemos perceber a presença constante de eixos viários que atravessam seu tecido, fazendo uso da retórica da linha reta, então imperante⁸. É recorrente, nesses projetos, a ideia de um “quarto decumano”, disposto de modo quase paralelo aos três *plateiai* mencionados acima. Essa solução, caracterizada por uma surpreendente *longue durée*, perdura ainda em numerosos planos – propostos ou aprovados –, da primeira metade do século 20, desde o de Francesco De Simone (1914), ao coordenado por Luigi Piccinato (1936-39), até o de Luigi Cosenza (1946). Apesar de tal apresentação

Figura 1: Raffaele D’Ambra, planta de Nápoles greco-romana, 1904.

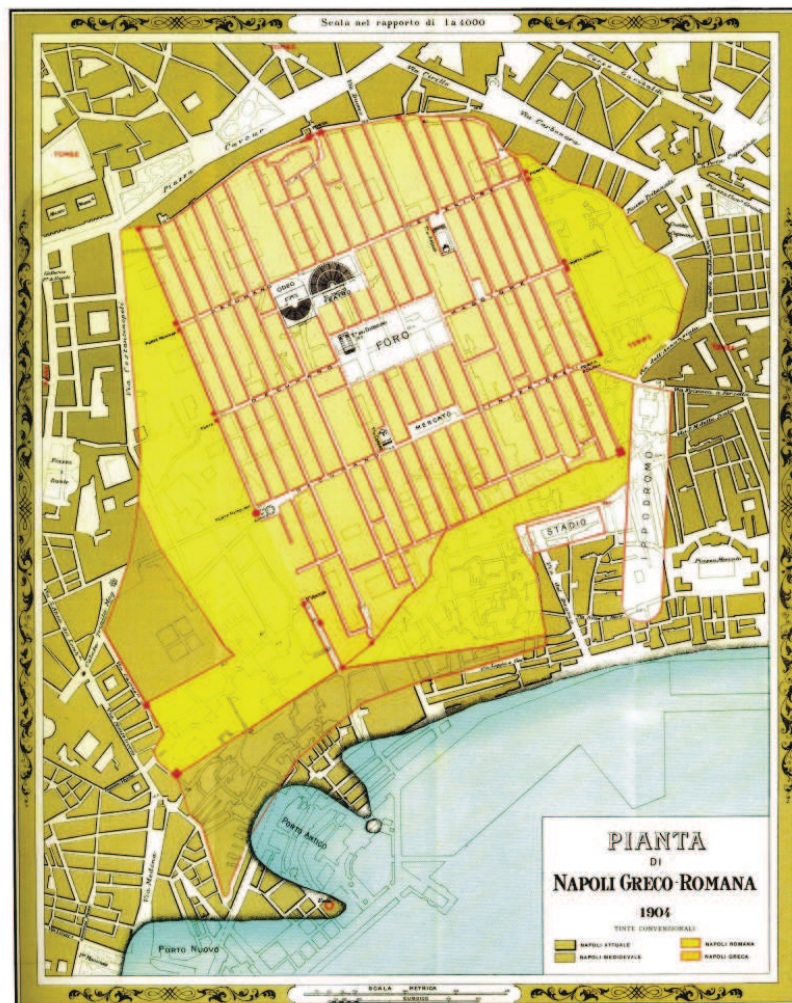


Figura 2: Plano Diretor Geral de Nápoles, 1958; pormenor da “zona histórica” (*Urbanistica*, n. 26, março de 1959). Em cinza os edifícios de notável importância artística e ambiental; em rosa, as áreas de construção recente; em amarelo, as demolições.



Figura 3: Projeto de restauro urbano do centro antigo de Nápoles, dirigido por Roberto Pane e publicado em 1971. Prancha 13, com hipóteses projetuais estruturadas em sete categorias de intervenção, definidas como segue: amarelo, restauro arquitetônico; azul, desbastamento vertical em edifícios de notável interesse; hachura cinza, desbastamento vertical; vermelho, substituição de edifícios; bege, desbastamento vertical em edifícios construídos recentemente; verde, criação de espaços livres; rosa, conservação. (IL Centro antico di Napoli. Napoli: Edizioni scientifiche italiane, 1971).



sintética, necessária para este breve artigo, não permitir analisar cada um desses planos em pormenores, devemos observar que, com o passar das décadas, a progressiva difusão das primeiras propostas de preservação para as “velhas cidades”, devidas principalmente a Giovannoni, produz soluções cada vez mais afastadas da ideia de um eixo rigidamente retilíneo, e progressivamente mais respeitosas em relação aos monumentos⁹.

Nos anos do segundo pós-guerra – e, em particular, durante a administração monárquica do prefeito Achille Lauro (1952-58) –, o centro antigo é objeto de algumas intervenções de reconstrução não controladas, ditadas por uma lógica emergencial e impelidas por objetivos especulativos, que aproveitam os vazios urbanos produzidos pelos bombardeios¹⁰. O ano de 1958 representa o auge desse tipo de abordagem: foi adotado um plano diretor – redigido por uma comissão de 108 especialistas, instituída em 1955 – cujo único escopo é favorecer as construtoras, prevendo, por quase todas as partes, o aumento da densidade construtiva¹¹. Para o centro antigo, em particular, resulta num conjunto desconcertante de demolições, acompanhadas por novas construções, com volumetrias e alturas incompatíveis com o tecido urbano da *Neapolis* greco-romana. Trata-se de uma proposta que está em total desacordo com aquilo que se discutia, já há cerca de uma década, no âmbito de congressos e de encontros, dos quais participavam as mais eminentes personalidades da arquitetura e do urbanismo daquele tempo – entre as quais, Pane, Rogers, Zevi, Argan, Brandi, Benevolo, Cederna, para citar apenas alguns poucos –, e em que, mesmo na diversidade de posições expressas, era sempre reiterada a necessidade de proteger os centros históricos, por meio dos instrumentos urbanísticos, da ameaça da especulação imobiliária¹². Combatido pelas personalidades mais sensíveis daquele momento, seja na escala local, seja na nacional¹³, e, ainda, pela seção campaniense do Istituto Nazionale di Urbanistica (INU) (Instituto Nacional de Urbanismo) e pela Soprintendenza¹⁴, o plano foi, afortunadamente, reprovado de modo definitivo pelo Consiglio Superiore dei Lavori Pubblici (Conselho Superior de Obras Públicas), em abril de 1962.

É dessa imagem que se deve partir, para compreender a realidade do centro histórico de Nápoles, nos anos do “milagre econômico” italiano (1950-70), uma imagem que mostra a aterradora disparidade entre as aquisições teóricas dos estudiosos, no que respeita à preservação dos tecidos antigos, e a práxis urbanística, condicionada por interesses privados. Imagem que foi evidenciada, com inigualável eficácia, pelo diretor Francesco Rosi, em seu filme *Le mani sulla città* (*As Mãos sobre a Cidade*), que ganhou o Leão de Ouro no festival de Veneza de 1963¹⁵. A reprovação do plano de 1958 pode, portanto, ser interpretada como o *turning point* que marca a passagem, da lógica da transformação quase incontrolada do tecido antigo, em favor das exigências de habitação e do capital, para uma nova abordagem, fundamentada, antes de tudo, na análise e na identificação das características e dos valores da cidade antiga. Trata-se, a bem ver, de uma retomada parcial – com substanciais inovações e atualizações – de instâncias que já haviam surgido na primeira metade do século 20, graças aos escritos de personalidades como o próprio Giovannoni, mas que tinham sofrido uma inesperada involução, exatamente por causa das dramáticas destruições bélicas.

O eco das teorias giovannonianas – com propostas significativas de releituras e atualização – é encontrado desde as polêmicas observações da seção campaniense do INU ao plano de 1958, em que se lê que, para o centro histórico, eram

previstos “desbastamentos e isolamentos com o intuito de colocar em maior evidência os monumentos mais ilustres”. Desse modo – segundo os autores das observações –, “a planta da cidade greco-romana é praticamente desventrada, a continuidade dos decumanos despedaçada, alargando praças e ‘liberando’ absides e ruínas”. Ao contrário, prosseguem, “é necessário esclarecer que o desbastamento deve ser feito limitadamente nos lugares em que é necessário, no sentido vertical, e não no horizontal, e que nos países civis a melhoria dos centros históricos é feita do interior dos blocos em direção ao exterior, de modo a conservar não apenas os monumentos, mas também a estratificação ambiental”¹⁶.

É fácil atribuir a Roberto Pane, membro do INU desde 1952, algumas passagens do texto acima citado. Exatamente a revisão das teorias de Giovannoni – e sobretudo a limitação das intervenções de desventramento exclusivamente no sentido vertical – estarão, com efeito, na base da proposta de plano urbanístico para o centro antigo de Nápoles, apresentada em 1971, dirigida pelo mesmo Pane e coordenada por Roberto Di Stefano, com um significativo grupo de estudiosos de caráter interdisciplinar. Publicado em três volumes, com o título *Il centro antico di Napoli. Restauro urbanistico e piano di intervento*, o estudo promovido por Pane constitui o êxito de quase uma década de pesquisas, levantamentos e registros, conduzidos com o auxílio dos estudantes da Faculdade de Arquitetura de Nápoles. Havia sido precedido, seis anos antes, pelo volume de Corrado Beguinet e Pasquale De Meo, com o título *Il centro antico di Napoli. Documenti e proposte*, que deveria ser uma premissa de ordem geral e de impositação de problemas, e ter sido logo seguido pela publicação de estudos analíticos e soluções de restauro, mas que, por causa da complexidade das análises sucessivas, seria finalizado apenas seis anos depois. Por isso, como se esclarecia na apresentação aos três volumes de 1971, o estudo de Beguinet e De Meo, de 1965, configurava-se “como uma antecipação dos problemas, inspirada na mais moderna cultura urbanística e, portanto, em grande parte retomada pela presente pesquisa, mas não como uma premissa sistemática”¹⁷.

Mas o estudo de 1965 deve ser recordado exatamente por ter sido a primeira tentativa de aproximar, de modo analítico, a problemática específica do centro antigo de Nápoles, entendido pela primeira vez segundo a distinção proposta por Roberto Pane. Na longa introdução ao texto, assinada por Pane, estão já contidas, *in nuce*, as principais instâncias que caracterizarão o plano sucessivo de 1971. Emerge claramente o caráter complexo do centro napolitano, onde os aspectos urbanísticos, arquitetônicos e construtivos se entrelaçam com aqueles sociais e humanos, definindo os valores de *ambiente* sobre os quais Pane insistia há mais de uma década¹⁸. Junto a isso, já se manifesta uma abertura no que respeita a uma transformação controlada do centro antigo: na impossibilidade de conservar edificações, em muitos casos desprovidas de valor e gravemente comprometidas – diversamente do que ocorria em Siena, Bolonha ou Ferrara –, emerge uma temática central do problema, a das construções, qualificadas, de substituição. “Existem hoje blocos inteiros para os quais não pode ser invocada nem ao menos a conservação de um portal [...], e isso porque nada subsiste, além do traçado viário que tenha significado de história, no sentido positivo de civilidade e de cultura, e não naquele de anonimato e de miséria”, escreve Pane de modo decidido, fundamentando as próprias reflexões numa visão crítica do restauro, alimentada por uma preocupação constante, de matriz crociana, com a continuidade da história. Será então necessário, portanto, pensar em edifícios de substituição, que afastem “o narcisismo dos arquitetos”, refutando como

Figura 4: Os limites do centro histórico de Nápoles, como delineados no plano diretor de 1970 (hachura negra), e a ampliação a 720 hectares, estipulada em fase de aprovação em março de 1972 (*Urbanistica*, n. 65, julho de 1976).

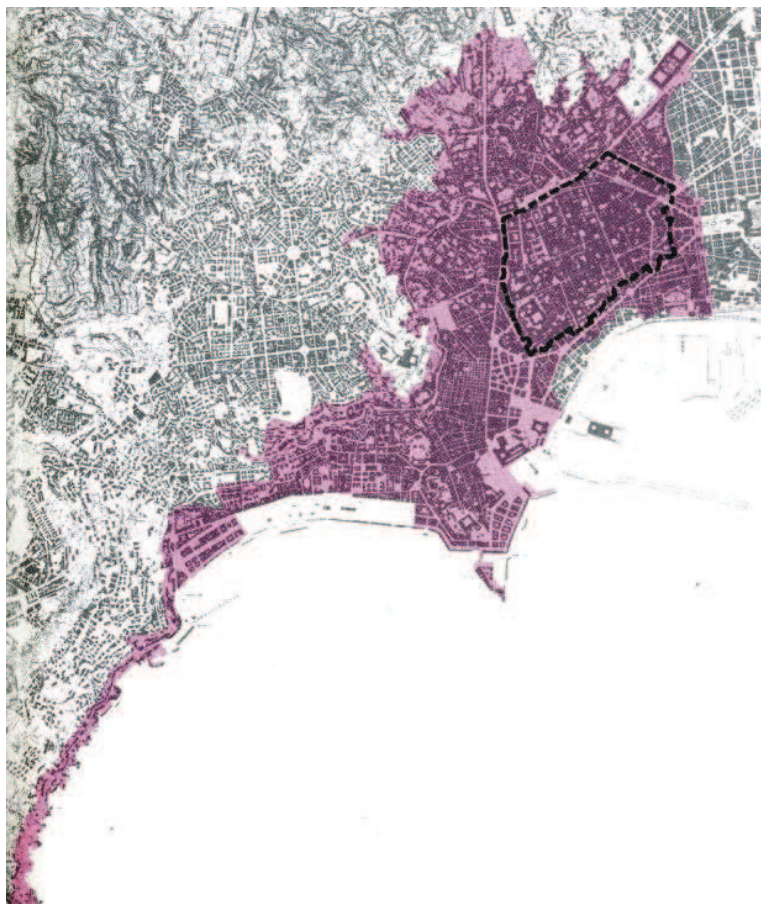


Figura 5: ICOMOS, diretrizes para o restauro do centro histórico de Nápoles (1982); prancha com os valores dos edifícios, estruturados em quatro categorias: “GP1 – edifício de elevado valor monumental (marrom); GP2 – edifício de notável mérito arquitetônico (vermelho); GP3 – arquitetura menor, de valor ambiental, aceitável do ponto de vista urbanístico e volumétrico (amarelo); GP4 – inserção avulsa no contexto ambiental, do ponto de vista urbanístico ou volumétrico, ou de característica arquitetônica (azul)” (ICOMOS. *Indirizzi per il restauro del Centro storico di Napoli*. Napoli: Arte tipografica, 1982).

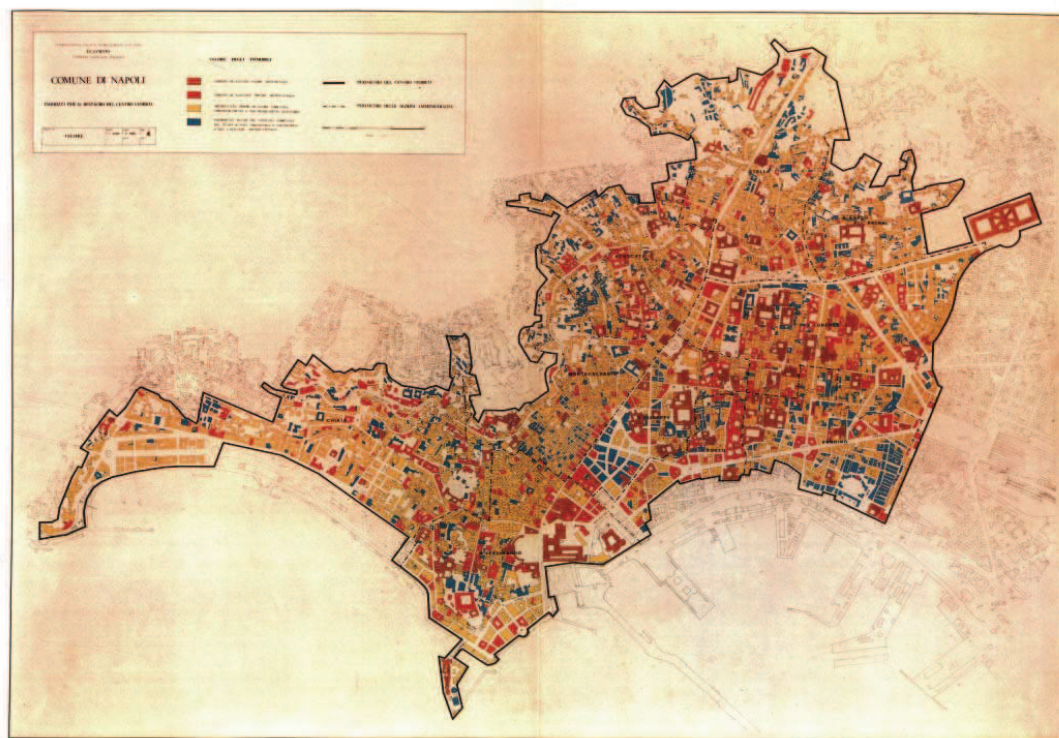


Figura 6: Studi Centro Storico Napoli (SCSN): projeto de regeneração do centro histórico de Nápoles, mais conhecido como “Reino do Possível” (1988). Prancha do valor histórico-artístico e ambiental dos edifícios, estruturados em quatro categorias: “valor monumental (marrom); valor arquitetônico (vermelho); valor ambiental (amarelo); nenhum valor (azul)” (SCSN (Org.). *Rigenerazione dei centri storici. Il caso Napoli*. Milano: Edizioni del Sole-24 Ore, 1988).



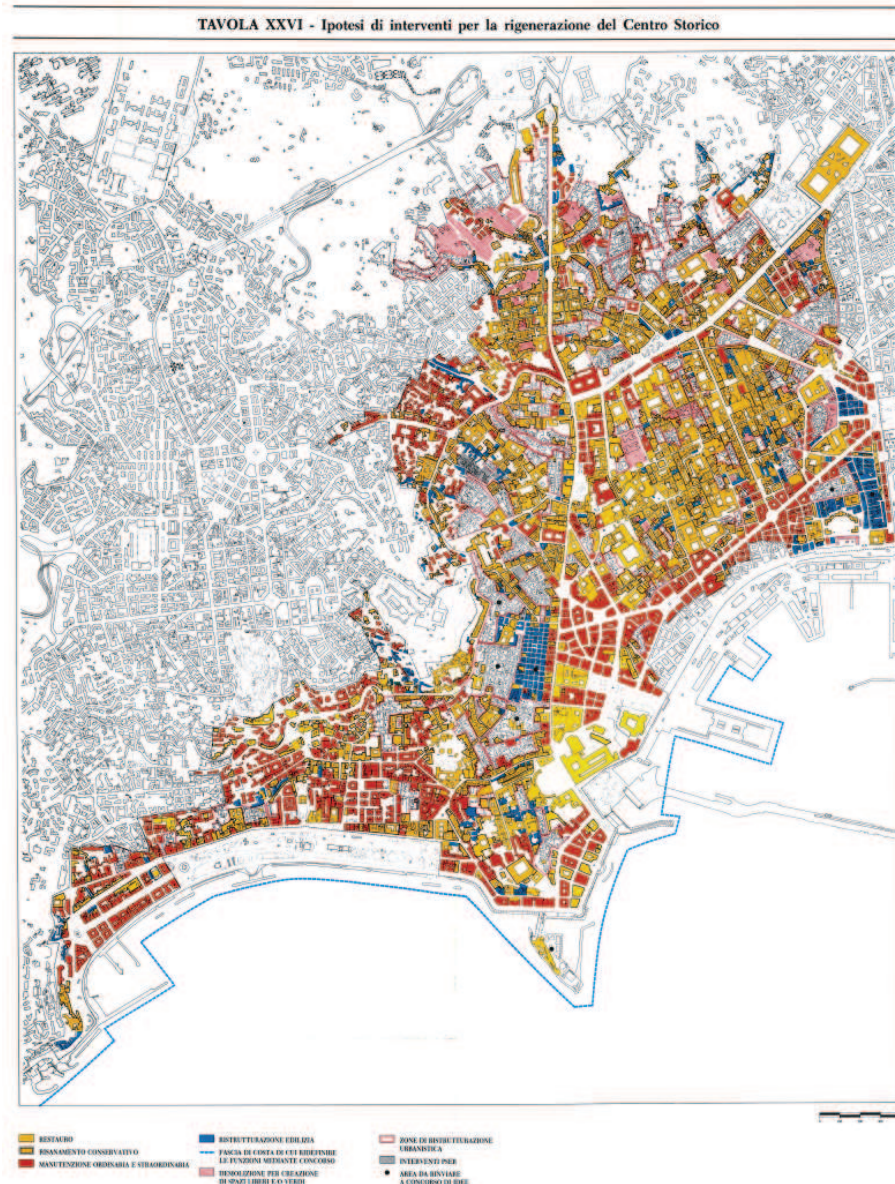
“irresponsabilidade e veleidade qualquer invocação de liberdade estereométrica” – sustentada naqueles mesmos anos por Bruno Zevi¹⁹, em polêmica com Pane – privilegiando “uma obediência mais séria às exigências do homem”. Em conclusão, “o conceito de defesa de um ambiente não é a tentativa de fazer sobreviver um anacronismo, em nome de um direito à nostalgia”²⁰. Com essas premissas, o estudo de Beguinot e De Meo, de 1965, desenvolve uma primeira e mais aprofundada análise das condições de moradia, da presença de atividades artesanais e comerciais e das perspectivas de intervenção no centro antigo. São colocadas em confronto as propostas parcialmente destrutivas, presentes nos planos diretores precedentes; são analisadas, pela primeira vez, as condições de circulação e de tráfego; é feito o censo dos índices de número de habitantes (das casas ocupadas) por número de cômodos habitáveis disponíveis (nas casas ocupadas), das destinações de uso e de outros parâmetros urbanísticos. Uma

análise mais capilar, voltada para a parte ocidental do centro antigo, é desenvolvida até a elaboração de fichas de alguns edifícios e a representação da elevação das fachadas sobre a rua.

Muito mais aprofundada, no entanto, será a metodologia aplicada pelo estudo publicado em 1971, que – como já mencionado – terá a participação interdisciplinar de oito diversos estudiosos, entre os quais, além de Pane e Di Stefano, estão também especialistas de economia (Carlo Forte), transportes (Lucio Cinalli) e direito (Guido D’Angelo)²¹. O trabalho desse grupo deve ser enquadrado na mudança do clima urbanístico da cidade, e deve também ser resumido de modo muito breve.

A partir de 1962, com efeito, depois da reprovação definitiva do plano diretor apresentado pela Comissão Lauro em 1958, foi nomeada uma nova comissão para o estudo do plano diretor de Nápoles, presidida pelo grande urbanista Luigi

Figura 7: Studi Centro Storico Napoli (SCSN): projeto de regeneração do centro histórico de Nápoles, mais conhecido como “Reino do Possível” (1988). Prancha com hipóteses de intervenção, estruturadas em nove categorias: “1) Restauro (amarelo); 2) Saneamento conservativo (amarelo com perímetro negro); 3) Manutenção ordinária e extraordinária (laranja); 4) Reestruturação edilícia (azul); 5) Faixa costeira cujas funções deverão ser redefinidas mediante concurso (linha tracejada azul); 6) Demolição para criação de espaços livres e/ou verdes (hachura em vermelho); 7) Zonas de reestruturação urbanística (perímetro em vermelho); 8) Intervenções PSER (Programma straordinario di edilizia residenziale - Programa Extraordinário de Edifícios Residenciais) (cinza); 9) Área a ser trabalhada por concurso de ideias (ponto negro)” (SCSN (Org.). *Rigenerazione dei centri storici. Il caso Napoli*. Milano: Edizioni del Sole-24 Ore, 1988).



Piccinato, com a presença de personalidades ilustres²². Voltada às mais atuais abordagens em escala territorial, a comissão havia proposto uma intervenção em dois níveis: um plano mais amplo, estendendo-se por uma área que compreende 96 municípios, e um plano na escala municipal. Enquanto a realidade urbanística da cidade procedia inexoravelmente por variantes (Centro Direcional, zonas 167 de Ponticelli e Secondigliano), em 1965, a comissão foi suspensa e renomeada, “promovendo” Piccinato a consultor, e Jossa a presidente²³. A nova comissão voltou-se, então, para a proposta de um plano intermunicipal, mas o pedido foi rechaçado, em 1966, pelo Conselho Superior de Obras Públicas. Em 1969, foi, por fim, apresentado o novo Piano regolatore generale (Plano Diretor Geral – PDG), limitado à escala municipal e baseado num difícil equilíbrio entre visões territoriais e um declarado “realismo”²⁴. O território municipal era subdividido em 29 regionais – das quais, o centro antigo, correspondente a uma área um pouco inferior aos c. 146 hectares antes mencionados, era a regional de número 17 –, remetendo a implementação ao plano executivo.

Com essas premissas, o estudo dirigido por Roberto Pane – iniciado, não por acaso, desde 1964, ano da Carta de Veneza – tinha por proposta fornecer à administração municipal um plano urbanístico executivo, concretamente aplicável, fundamentado no “restauro urbanístico” de todo o centro antigo, com referência ao quadro normativo e quanto previsto no PDG entregue em 1969. As escolhas contidas no PDG, no entanto, eram atentamente avaliadas e discutidas pelos autores da proposta, que sugeriam também correções: é o caso da própria definição do perímetro do centro antigo, que o estudo de 1971 estendia em cerca de 21 hectares, em relação ao que foi estabelecido no PDG, acrescentando aos 146 hectares antes citados, incluindo, ainda, uma parte do tecido às margens da cidade greco-romana, por razões históricas e de conveniência²⁵. Essa opção era

Figura 8: Comune di Napoli (Prefeitura de Nápoles). Variante ao plano diretor geral (2004), prancha de zoneamento; em vermelho, as áreas de interesse histórico (www.comune.napoli.it).

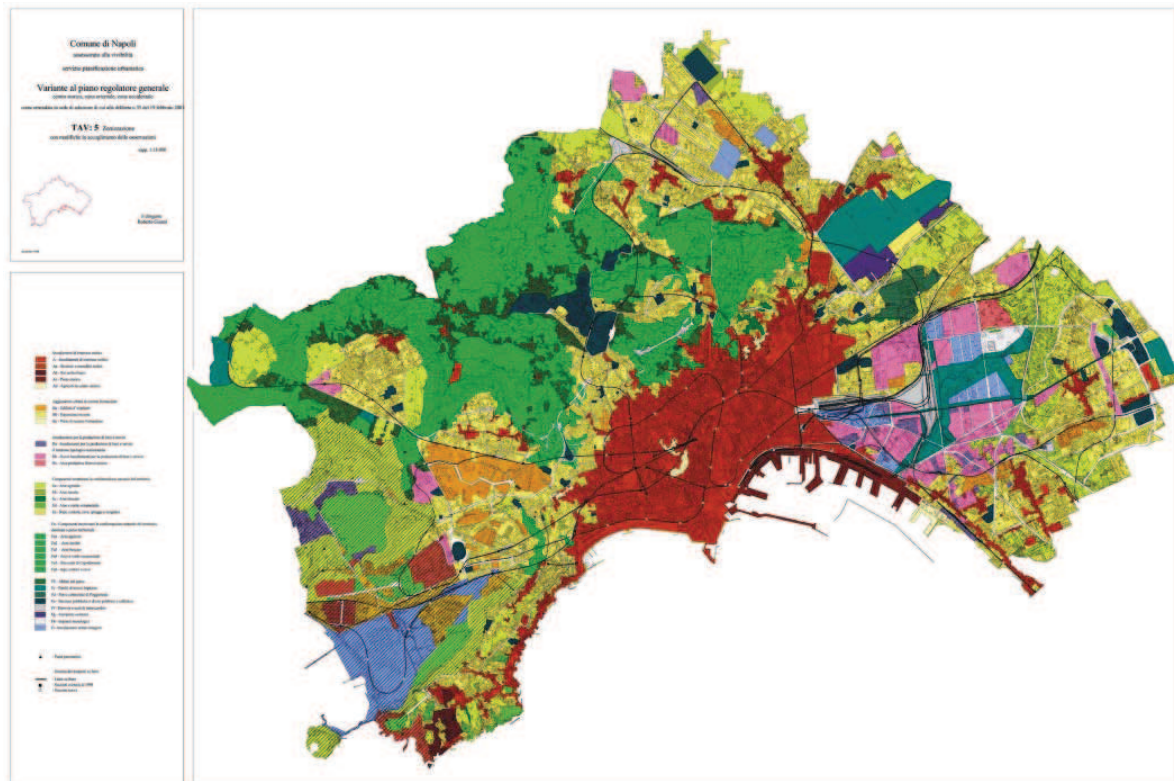
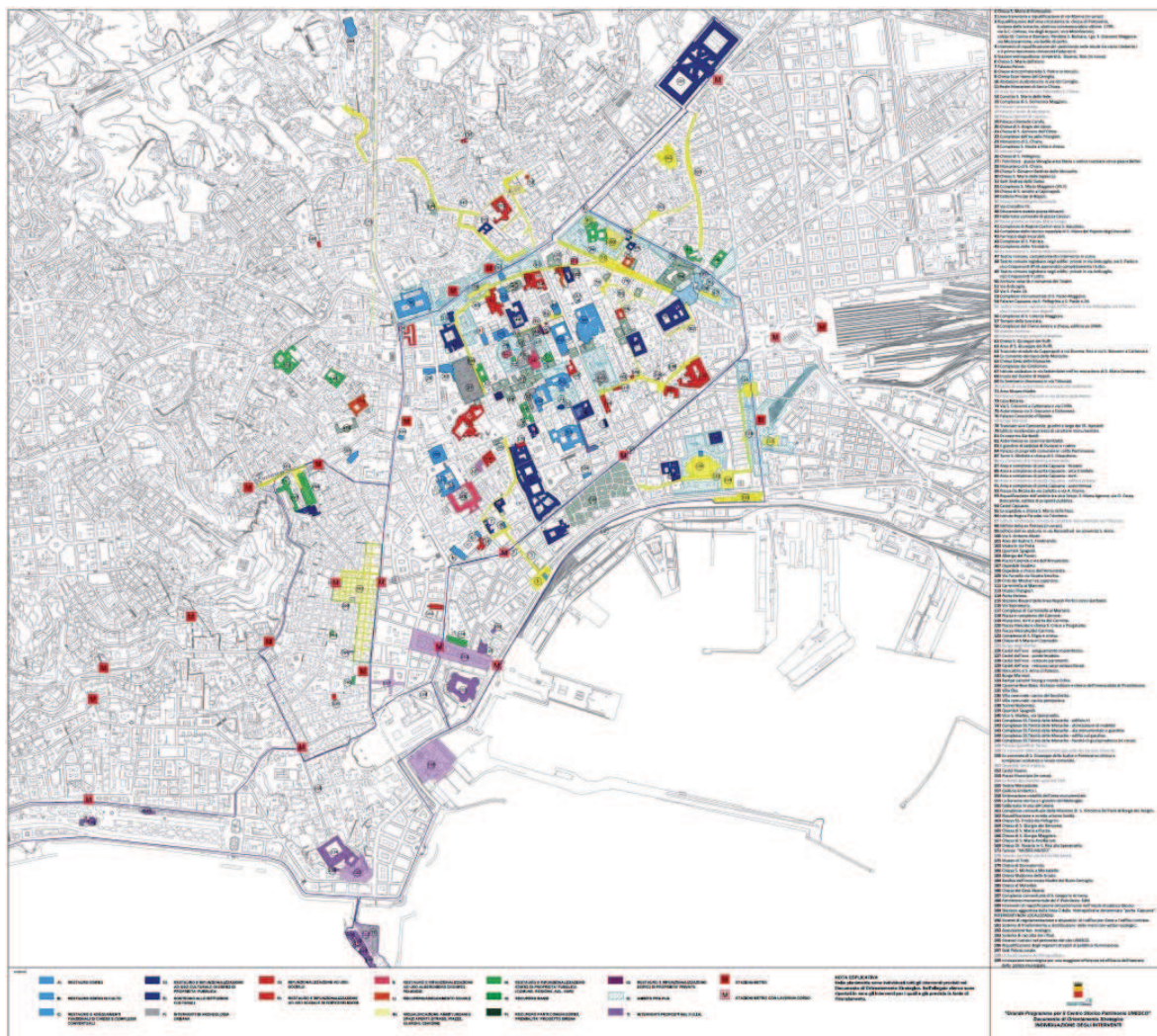


Figura 9: Comune di Napoli (Prefeitura de Nápoles). Grande Programa para o Centro Histórico Patrimônio UNESCO. Documento de Orientação Estratégica (2009); prancha de caracterização das intervenções, pouco claro em suas definições: azul claro, restauro; azul escuro, restauro para uso cultura de edifícios de propriedade pública; vermelho, restauro e reutilização para uso social; rosa, restauro e reutilização para uso hoteleiro de edifícios religiosos; verde claro, restauro e reutilização de edifícios de propriedade pública. (www.comune.napoli.it).

justificada por Roberto Pane também em sede teórica, precisando que “não teria sido possível identificar os limites da zona que é objeto do nosso estudo segundo uma configuração arqueológica entendida em sentido estrito, como limitar, por exemplo, até a ampliação da muralha do século 5 d.C. Obviamente, isso teria levado a um traçado puramente abstrato, porque não mais reconhecível dentro dos limites ainda presentes, e, ao mesmo tempo, teria excluído as muralhas aragonesas [...]. Ademais, dentro do perímetro do traçado a ser tutelado, foi incluída uma faixa marginal, entre a cidade histórica e o seu núcleo primitivo”²⁶. Esta última zona, compreendida como uma “faixa de sutura”, parecia antecipar o conceito de *buffer zone* (zona de amortecimento), adotado, muitos anos mais tarde, nos Planos de Gestão dos sítios Unesco.

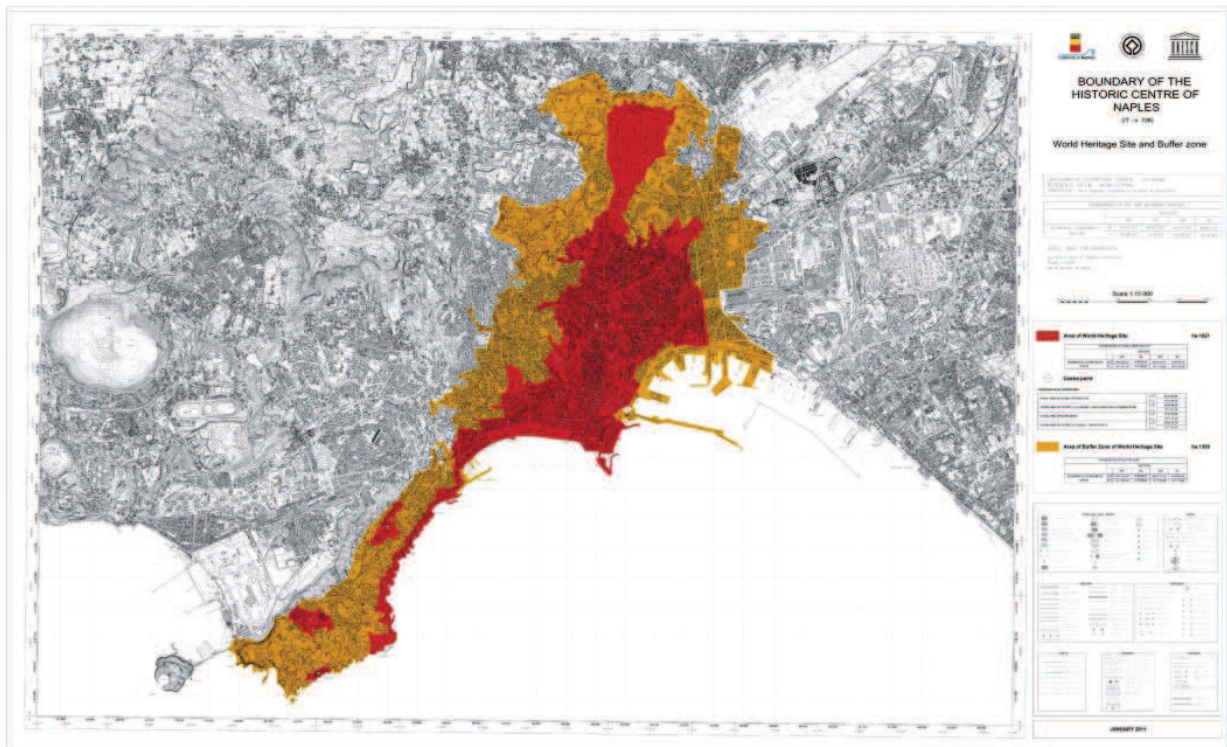
O estudo havia partido de uma atualização dos dados planimétricos disponíveis, cruzados com os dados cadastrais, e de um levantamento – feito pela primeira vez – das fachadas das edificações em escala 1:200. Sucessivamente, com o auxílio dos estudantes dos cursos de Restauro Arquitetônico dos anos 1964-67, procedeu-se à elaboração sistemática de fichas para cada um dos edifícios do centro antigo. A montante das escolhas específicas, havia uma visão voltada ao



descongestionamento e à redução da densidade habitacional, que seria levada de uma média de c. 600 habitantes por hectare a 323²⁷. Isso comportaria a saída de cerca de 23 mil habitantes, em relação aos 70.126 do censo de 1968, a serem realocados em outras áreas da cidade, sujeitas à reestruturação no PDG. Esse deslocamento da população, no entanto, não era motivado pela mais-valia das áreas após o restauro. Ao contrário, o objetivo do plano era exatamente a permanência dos estratos sociais que habitavam o centro antigo, mediante um financiamento misto público-privado, fundamentado numa avaliação custo-benefício que pela primeira vez contemplava também benefícios não-financeiros, com particular atenção pelas atividades culturais, comerciais e artesanais²⁸.

O centro antigo era imaginado como uma parte viva e não museizada da cidade, liberada do trânsito de veículos e “desbastada” em seu tecido, sobretudo no sentido vertical (em altura). Do ponto de vista da circulação, os carros seriam limitados, mas não como ocorre hoje – ou seja, simplesmente impedindo o acesso, sem nenhuma hipótese de mobilidade alternativa –, mas, sim, prevendo um sistema de estacionamentos radiais, no nível da rua ou subterrâneos, de modo a configurar percursos a pé não maiores do que 250 metros²⁹. A partir das vicissitudes urbanas específicas da cidade de Nápoles – crescida sobre si mesma, pela proibição secular de construir além dos limites das muralhas –, o centro antigo era interpretado de modo a enfatizar o valor predominante do esquema hipodâmico, digno em si de tutela e não-modificável, em cujo interior era possível intervir, reduzindo em altura os edifícios que, ao longo dos séculos, foram objeto de sobre-elevações desprovidas de valor. Com essa abordagem, permaneciam algumas instâncias “sanitaristas” já presentes nas teorias de Giovannoni – como as de levar “luz e ar” aos becos –, conjuntamente com avaliações mais complexas, de ordem estática, de locação e econômicas.

Figura 10: UNESCO: perímetro do centro histórico de Nápoles. Com cor vermelho escura, a área do sítio Patrimônio Mundial (1021 hectares), em amarelo claro a *Buffer Zone* (zona de amortecimento, 1350 hectares), janeiro de 2011 (<http://whc.unesco.org/>).



No entanto, diversamente de outras propostas anteriores, as escolhas eram fruto de uma análise capilar do tecido urbano, subdividido – por simples razões práticas e sem nenhuma intenção de redução tipológica – em 100 âmbitos (áreas) distintos, em “ilhas, blocos e grupos”, aos quais era dedicado o segundo volume, escrito inteiramente por Roberto Pane. Para cada uma das 100 áreas, era apresentada uma planimetria do estado atual, com indicação dos lotes cadastrais a partir das plantas cadastrais, um conjunto de fotografias tiradas pelo próprio Pane, com particular atenção aos “valores ambientais”, e uma planta de projeto. O todo era acompanhado de um breve texto, que ilustrava as características arquitetônicas e urbanísticas daquela área específica e sintetizava as propostas projetuais. Refutando a hierarquização dos valores, que teria levado “à eliminação de construções de modesto interesse, e que, no entanto, têm um grande significado a ser tutelado, não tanto por si mesmas, mas em função de uma peculiar situação local”³⁰, a leitura era baseada num conhecimento direto do tecido, que levava em conta não apenas os valores de arte e história mas também “as relações construtivas, os usos, a salubridade”.

Derivam disso cinco categorias de intervenção, aplicadas à escala da edificação singular, assim articuladas: “1) Restauro arquitetônico; 2) Desbastamento vertical; 3) Conservação; 4) Substituição de edificações; 5) Criação de espaços livres”³¹. Para o desbastamento vertical, fulcro de toda a proposta, deveriam ser ulteriormente identificados três casos distintos: o genérico, o aplicado a edifícios “de notável interesse”, e o relativo a edifícios “construídos recentemente”. Nesse sentido, a intervenção de redução das alturas se apresentava de modo oportunamente diferenciado, prevendo, nos primeiros dois casos, “apenas a reestruturação interna (mantendo o número de cômodos), com conservação das fachadas externas e dos elementos internos de interesse histórico-artístico [...]; como, por exemplo, escadas abertas e os arcos durazzescos³²”, enquanto o terceiro – relativo a edifícios recentes e totalmente incongruentes em relação ao organismo urbano – também a “reestruturação ou a substituição da parte restante, mantendo o número de cômodos”³³. Desse modo, as categorias de intervenção tornavam-se sete no total, como representado na planta de projeto de restauro urbanístico, anexada, como prancha 13, ao primeiro volume do estudo³⁴.

Um exame da prancha geral em cores mostra a plena prevalência das intervenções de restauro arquitetônico (amarelo), seguindo-se as de conservação (rosa), voltadas prevalentemente às edificações oito-novecentistas em boas condições estáticas. Emergem, depois, as três categorias citadas de desbastamento vertical e a criação de espaços livres (verde), entre os quais aparece a oportuna demolição dos edifícios do hospital, localizados na zona da Croce di Lucca – ainda hoje prevista no plano diretor vigente –, e a liberação dos dois teatros romanos, realizada com o sacrifício parcial de estratificações medievais e modernas.

Um discurso à parte, merece a questão das intervenções de substituição de edifícios, representados em vermelho, aos quais é confiada a tarefa de integrar a dotação de equipamentos de interesse público para os habitantes do centro antigo. Essa medida estava em acordo com o recente Decreto Ministerial 1444, de 2 de abril de 1968, que definia, pela primeira vez, uma dotação mínima de “espaços públicos ou reservados às atividades coletivas, para áreas verdes de uso público ou para estacionamentos”, ou seja, os chamados “standards urbanísticos”³⁵. No plano de 1971, era previsto um notável aumento dos equipamentos escolares³⁶ e a realização de espaços verdes públicos, que eram (e são) totalmente ausentes do centro antigo, se forem excluídas as *insulae* conventuais. Para as novas inserções

arquitetônicas – em acordo com a orientação proposta por Roberto Pane, desde os anos 1950, contra as posições de Brandi e Cederna – era prevista a abertura para a linguagem contemporânea, precisando “que o ambiente do centro partenopeu tem necessidade absoluta de uma intervenção criativa; que nenhuma limitação estilística, ou formal deva ser imposta, mas apenas aquilo que será sugerido pela melhor conveniência da vida local em sociedade”³⁷. Ao se reler, hoje, algumas das propostas voltadas às áreas mais orientais do centro antigo – como as de S. Giovanni a Carbonara e da Duchesca, apresentadas, já na introdução, como exceções para o critério do desbastamento vertical, para as quais Roberto Pane escrevia que “nenhum interesse de arte ou de história pode ser invocado, nem mesmo para sustentar uma conservação parcial”³⁸ – chamam a atenção, por sua determinação, marcando distância em relação às atuais abordagens conservativas. Analogamente, parece hoje anacrônica a proposta de reestruturação urbanística e readequação viária entre Calata Trinità Maggiore e via Costantinopoli, que recuperava uma ideia contida no plano de Giovannoni de 1926 e já antecipada em projetos oitocentistas³⁹.

No entanto, se forem excluídos os dois últimos casos citados, o plano de 1971 parece ainda hoje exemplar, do ponto de vista metodológico, a ponto de constituir uma referência imprescindível para os debates atuais⁴⁰. Infelizmente, porém, se a proposta é bem conhecida e ainda estudada de modo aprofundado nos ambientes acadêmicos, o mesmo não ocorre em nível político e administrativo, em que se manifesta uma desconcertante “memória curta”, como será visto sinteticamente mais adiante.

DO CENTRO ANTIGO AO CENTRO HISTÓRICO: O PLANO DIRETOR DE 1972 E AS DIRETIVAS PARA O RESTAURO DO ICOMOS (1982)

Enquanto o estudo sobre o centro antigo de Nápoles era editado e apresentado publicamente, ocorria um debate intenso relativo ao Plano Diretor Geral (PDG) apresentado em 1969, que chegou a envolver até mesmo o Parlamento⁴¹. Entre as questões principais, a da tutela do centro histórico constituía um tema particularmente candente: o PDG previa, com efeito, submeter a um saneamento conservativo exclusivamente o centro antigo, com um perímetro ainda mais restrito do que os 146 hectares citados antes (ao qual eram acrescentados os bairros de Pizzofalcone e Santa Lucia, com uma destinação prevalente turístico-hoteleira), enquanto todo o resto da cidade histórica era destinado a pesadas operações de reestruturação urbana, com taxas de aproveitamento elevadas⁴². Essa abordagem, obviamente, não era compartilhada pelos autores do plano de 1971 para o centro antigo – que, ademais, não tinham tomado parte na comissão que havia elaborado o PDG –, ainda que uma parte da imprensa de esquerda insinuasse que o estudo deles tivesse oferecido o aval cultural utilizado pela administração municipal para limitar o saneamento conservativo somente àquela parte da cidade, destinando todo o resto para a reestruturação⁴³.

Adotado em março de 1970, entre as polêmicas dos ambientes mais radicais e progressistas, o PDG foi muito modificado, quando da sua aprovação junto ao Conselho Superior de Obras Públicas, que definia uma versão muito alterada exatamente naquilo que concerne ao perímetro do centro histórico, aprovada de modo definitivo com o Decreto Ministerial nº 1829, de 31 de março de 1972⁴⁴. Com esse ato, a diferenciação entre centro antigo e centro histórico foi de fato abolida: o centro histórico passou a estender-se por uma área muito mais ampla,

com cerca de 720 ha, compreendendo todas as construções estratificadas até os primeiros anos do século 20, de Posillipo até Capodimonte, destinado em parte a saneamento conservativo (zona B) e em parte a reestruturação urbanística (zona C).

Se essa escolha afastava os riscos de radical alteração de partes da cidade histórica ainda pouco estudadas e reconhecidas por seus valores arquitetônicos e ambientais – como os Bairros Espanhóis, Vergini, e Sanità –, concomitantemente validava a renúncia definitiva a promover o restauro urbanístico do centro antigo, cujo estudo seria relegado a uma gaveta. Começava, assim, uma fase – que duraria mais de trinta anos – da impossível implementação do PDG do modo como foi aprovado em 1972, dado que tudo estaria sujeito à elaboração de planos específicos, que não foram nem ao menos iniciados⁴⁵.

Ao longo dos anos 1970, enquanto o tema dos centros históricos se tornava central no debate urbano nacional – promovido, em particular, pela Associazione Nazionale Centri Storico-Artistici (ANCSA) (Associação Nacional dos Centros Histórico-Artísticos), fundada em 1960, e discutido em numerosos congressos –, o caso do Centro Histórico de Nápoles ficava em segundo plano, em favor de uma maior atenção ao tema das periferias⁴⁶. Em nível nacional, no entanto, assistia-se a uma mudança conceitual importante: os centros históricos eram cada vez mais compreendidos como bens econômicos, com todas as consequências que isso comportaria. A questão social assumia um papel dominante, e o centro histórico tornava-se, segundo alguns, um lugar privilegiado onde concentrar a luta de classes⁴⁷. É nesse contexto que se situa, em 1973, a adoção do *Piano per l'edilizia economica e popolare* (Plano para as Edificações Econômicas e Populares) – Peep, no centro histórico de Bologna, que se tornará o emblema – para o bem e para o mal – da intervenção pública daqueles anos nos centros históricos, fundamentado em critérios do restauro tipológico, seguido por numerosos outros exemplos⁴⁸.

Devem ainda ser citadas duas outras importantes etapas que marcam o debate dos anos 1970, em âmbito italiano e europeu: a redação da *Declaração de Amsterdã*, em 1975, por ocasião do Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico – na qual foi introduzido o conceito de “conservação integrada” –, e a aprovação da Lei nº 457, de 5 de agosto de 1978, relativa às novas normas para as construções residenciais. Essa lei continha disposições específicas (Título IV) dedicadas à “Recuperação do patrimônio edificado e urbanístico existente”, prevendo a implementação de um novo tipo de plano urbanístico – o “plano de recuperação” –, baseado numa gama muito ampla de intervenções possíveis, desde a manutenção ordinária, até a reestruturação urbanística. Com essa lei, portanto, validava-se a faculdade de proceder à “recuperação” da cidade existente, para fins construtivos e sociais, prescindindo de seus valores culturais, com o risco de desnaturar completamente os tecidos antigos, a ponto de um famoso artigo de Gaetano Miarelli Mariani, parafrazeando um filme célebre, ser intitulado: *Legge 457. Licenza di distruggere*⁴⁹ (*Lei 457. Licença para destruir*).

Em meio a esse ambíguo fundo político e cultural, ocorria o terremoto de Irpinia, de 23 de novembro de 1980, que produziu, além de uma destruição sem precedentes no interior da Campânia, danos significativos às edificações históricas de Nápoles. Com a intenção de retomar a questão do centro histórico e atualizá-la à luz da lei 457 de 1978 e do recente terremoto, o município de Nápoles encarregou o comitê italiano do Icomos de redigir um documento que orientasse a elaboração dos planos de recuperação. Publicado em 1982, com o título *Indirizzi per il restauro del Centro storico di Napoli*, sob a coordenação de Roberto Di Stefano⁵⁰, o trabalho partiu de uma abordagem econômica da preservação, entendida como “atividade produtiva”, em condições de transformar “o bem

econômico cultural num bem que (sem perder seus valores peculiares, ou seja, histórico, artísticos, arqueológicos etc.) abarca uma utilidade maior de tipo social”⁵¹.

Referindo-se ao perímetro do centro histórico aprovado em 1972, de cerca 720 ha – do qual eram excluídos apenas os “modestos núcleos externos” da via Posillipo e da Arenella, porque “em grande parte sede de edificações residenciais de luxo e sem zonas fortemente degradadas”⁵² –, o estudo do Icomos propunha um censo do patrimônio edificado existente, com o objetivo de levantar os usos, estado de conservação (estático e “locativo”) dos imóveis e, ainda, uma sua classificação segundo uma hierarquia de valores⁵³. Pela elaboração de mais de 7.700 fichas de inventário, o tecido urbano do centro histórico foi então dividido em quatro categorias: “GP1 – edifício de elevado valor monumental; GP2 – edifício de notável mérito arquitetônico; GP3 – arquitetura menor, de valor ambiental, aceitável do ponto de vista urbanístico e volumétrico; GP4 – inserção avulsa no contexto ambiental, do ponto de vista urbanístico ou volumétrico, ou de característica arquitetônica”. A essa hierarquia de valores, no entanto, não correspondia nenhuma previsão de intervenção: o estudo do Icomos era limitado a definir o perímetro de 47 “zonas de recuperação”, a serem sujeitas à elaboração de planos homônimos, sem oferecer outra indicação, a não ser o texto literal da lei 457 de 1978, com as relativas cinco categorias de intervenção, acompanhadas de algumas considerações de caráter geral⁵⁴.

Definitivamente, o estudo parecia útil exclusivamente para um melhor conhecimento das condições de conservação dos edifícios que estavam dentro do perímetro ampliado do centro histórico, com a aprovação do PDG em 1972. Com relação à análise mais capilar atingida com o plano de 1971, na área do centro antigo, não se registraram novidades particulares, a não ser o aumento de edifícios de valor ambiental (GP3) em áreas antes destinadas à reestruturação urbana – como a zona de S. Giovanni a Carbonara –, que era acompanhada, no entanto, da atribuição do juízo de “inserção avulsa” (GP4), também em relação a imóveis que, no plano de 1971, eram tidos como dignos de conservação e restauro⁵⁵.

AS NOVAS MÃOS SOBRE A CIDADE? O PROJETO DO “REINO DO POSSÍVEL”: ASCENDÊNCIA E DECLÍNIO

No decorrer dos anos 1980, o estado de degradação do centro histórico se acentuou, pela ausência de qualquer tipo de intervenção, ainda que de simples manutenção. Enquanto isso, a progressiva redução de novas construções em todo o território italiano leva as empresas construtoras a considerar com crescente atenção o tema da transformação da cidade existente. Com essas premissas, nasce o projeto denominado “Reino do possível”, que, mesmo permanecendo apenas no papel, tornar-se-á, em seguida, um *topos* da narrativa urbanística napolitana. Apresentado definitivamente em 1988, depois de algumas propostas preliminares já divulgadas em 1986, o projeto estará ainda no auge até o início dos anos 1990, para depois ser de todo rechaçado, uma vez verificada a inconveniência econômica da operação. Remetendo os detalhes aos vultosos volumes que foram então publicados para ilustrar o projeto⁵⁶, e também às ótimas sínteses críticas elaboradas naquele momento por seus (pouco numerosos) opositores⁵⁷, aqui nos limitaremos a ilustrar as características principais, evidenciando as notáveis contradições que marcam seus conteúdos.

Proposto por um grupo de empreendedores reunidos numa associação feita especialmente para esse fim, a sociedade Studi Centro Storico Napoli (SCSN)

(Estudo Centro Histórico de Nápoles), o projeto vem à luz sob a égide do então diretor da Faculdade de Arquitetura de Nápoles, Uberto Siola, e do presidente do comitê italiano do Icomos, Roberto Di Stefano, que assumem sua coordenação. O estudo parte de uma abordagem fortemente interdisciplinar, com um grupo de consultores e especialistas muito numeroso, cuja composição se modifica ao longo do percurso. A tese de fundo tende ao paradoxo: considerada a enorme extensão do perímetro do centro histórico, de 720 hectares, decidida em 1972, torna-se necessária uma gradação das intervenções, que distinga as zonas a serem destinadas ao “restauro urbanístico” daquelas a serem submetidas a uma mais pesada “reestruturação urbanística”. Parece uma volta para mais de quinze anos antes, quando se debatia a aprovação do plano diretor apresentado em 1969.

Para justificar as propostas, contribuem também muitos notáveis estudiosos, como Renato De Fusco, que ilustra as “regras do jogo morfológico” mediante as quais esvaziar os edifícios de valor ambiental, a serem submetidos a reestruturação, conservando apenas seus invólucros⁵⁸. São até mesmo retomados – de modo impróprio e instrumental – trechos escritos por Roberto Pane, para plano do centro antigo de 1971. Isso é particularmente problemático, considerando-se que toda a operação foi guiada exatamente por dois estudiosos que haviam participado daquele plano, o próprio Di Stefano e Guido D’Angelo, que tinha o cargo de vice-presidente da SCSN⁵⁹.

Na base da análise das construções históricas, está, mais uma vez, a hierarquia de valores qualitativos, tanto, que o estudo produzido pelo Icomos em 1982 parece constituir uma fatal premissa. São replicadas, com efeito, as três primeiras categorias de valores (GP1, GP2, GP3, correspondentes ao “elevado valor monumental”, ao “notável mérito arquitetônico” e à “arquitetura menor”), aos quais se acrescenta uma quarta categoria de “edifícios que não requerem particular tutela”, indicados secamente nas pranchas anexadas (prancha XVIII) como “nenhum valor”⁶⁰. Em realidade, em comparação com aquilo já estudado por Di Stefano em 1982, a análise do “valor histórico-artístico e ambiental”, exposto de modo gráfico na citada prancha, mostra um claro aumento em termos de conservação: no caso específico do centro antigo, em particular, são distinguíveis numerosos edifícios que passam da cor azul (“inserção avulsa do contexto ambiental”), atribuída em 1982, a amarelo (“valor ambiental”).

As contradições emergem, porém, quando, da análise, se passa à hipótese de intervenção (prancha XXVI): aqui, o restauro arquitetônico é reservado apenas aos edifícios com valor GP1 e GP2, enquanto, para os marcados como GP3, estão previstos – em função das condições estáticas – alternadamente o saneamento conservativo, a reestruturação e a substituição de edifícios. Isso resulta que c. 103 hectares de tecido edificado sejam submetidos a reestruturação urbanística⁶¹, com a conseqüente demolição de quase 50.000 habitações, de onde se pode concluir que “se o plano do ‘Reino do Possível’ fosse adotado, o tecido edificado ‘menor’ da cidade seria apagado coletivamente”⁶².

As reações polêmicas em relação à proposta, afortunadamente, não tardaram: foram, repetidas vezes, organizados congressos e debates, durante os quais, no entanto, os promotores do projeto enfatizam habilmente as posições de clara oposição das associações ambientalistas mais intransigentes, com o intuito de confinar as críticas apenas aos irredutíveis “conservadores”⁶³. Depois de alguns meses, o projeto foi definitivamente abandonado, mas – vejam bem – não porque emergiram escrúpulos de caráter cultural ou científico, mas por dúvidas sobre a real conveniência econômica da operação.

DA VARIANTE GERAL (2004) AO PLANO DE GESTÃO DO SÍTIO UNESCO (2011): PERSPECTIVAS ATUAIS PARA O CENTRO HISTÓRICO

No início dos anos 1990, o município de Nápoles é perturbado por frequentes mudanças no vértice da administração, ditadas por um clima político convulsionado e incerto, que marca um período crucial da história italiana, definido pela historiografia como o ocaso da “Primeira República”. Nesse contexto, desenvolve-se uma tentativa de rever o velho plano diretor de 1972, ainda vigente, que permanece, no entanto, no papel⁶⁴. Poucos anos mais tarde, por iniciativa de alguns intelectuais, apoiados por instituições de pesquisa e, depois, pelas próprias administrações do município e da região, foi promovida a candidatura do centro histórico de Nápoles para a *World Heritage List* da Unesco, apresentada oficialmente no outono de 1994. O reconhecimento foi aprovado um ano mais tarde, em dezembro de 1995, por ocasião de uma reunião oficial da Unesco em Berlim⁶⁵. A definição do perímetro do centro histórico, indicada de maneira muito sumária no dossiê de candidatura, segue aquela aprovada no plano de 1972, com 720 hectares⁶⁶.

No mesmo período, depois de uma significativa mudança política na administração municipal, foi dado início a um longo processo de revisão do plano diretor de 1972, que, num arco de mais de dez anos, levará à “Variante Geral do Plano Diretor Geral de Nápoles”, ainda em vigor, definitivamente aprovada em junho de 2004⁶⁷. Com este último ato, a delimitação do perímetro do centro histórico de Nápoles sofre uma expansão sem precedentes: dos 720 hectares aprovados em 1972 – já considerados excessivos para uma política de restauro e requalificação críveis –, chega-se aos atuais 1917 hectares, na prática quase o triplo da extensão de 35 anos antes. Nesse novo perímetro, está compreendido quase todo o tecido edificado do século 20, incluindo boa parte das construções densas e, em parte, abusivas, realizadas nos anos do saque construtivo da cidade – conjuntamente com os núcleos de alguns *casali* agregados ao município de Nápoles na metade dos anos 1920. A intenção, declarada abertamente, é a de considerar quase toda a cidade existente como “histórica”, limitando as intervenções unicamente à conservação, mesmo com uma gama diferenciada de possibilidades, todas recaindo no âmbito do restauro tipológico.

Tomando por modelo experiências já então datadas, como o próprio Peep para o centro histórico de Bolonha, dos anos 1970, foi introduzida, também em Nápoles – cidade absolutamente não adaptada ao método, pela sua articulada e milenar estratificação –, a classificação do tecido urbano com base em categorias tipológicas. O objetivo é favorecer “intervenções diretas”, a serem concretizadas por entidades públicas e privadas, no quadro de um sistema de regras fundamentado na identificação de 53 tipologias construtivas diversas, sumarizadas em fichas destinadas a esse fim, mediante as quais é “reduzido” e esquematizado o complexo palimpsesto do centro histórico. Impressionam, em particular, as abstratas simplificações pelas quais são classificados os complexos conventuais napolitanos, definidos, por exemplo, como “unidade edificada especial, anterior ao século 19, original ou reestruturada, com estrutura modular complexa”⁶⁸, sem nenhum dado sobre suas vicissitudes históricas específicas e sobre a absoluta unicidade de cada um desses complexos arquitetônicos. Mas, se a abordagem tipológica pode parecer discutível no plano das análises, os êxitos revelam-se desastrosos, quando se passa ao do projeto: a premissa de fundo do plano é, com efeito, a da repriminção tipológica daquilo que se perdeu. O termo “repriminção” é muito recorrente na norma relacionada à aplicação, associado ao

restauro, quase como se fosse uma alternativa para livre escolha do projetista. Desse modo, são permitidas, por exemplo, “a repriminção ou a reconstrução filológica de partes eventualmente desabadas ou demolidas, desde que seja possível, através de fontes iconográficas, cartográficas, fotográficas e cadastrais, documentar sua composição precisa”⁶⁹, voltando a critérios de restauro com mais de um século.

A esse complexo quadro normativo, não corresponde, infelizmente, ao longo da primeira década do século 21, nenhuma mudança substancial nas condições de degradação do centro histórico. A única iniciativa digna de nota – com efeitos, no entanto, muito discutíveis – é a instituição, em 2001, de uma Società per le Iniziative di Recupero di Napoli (Sociedade para as Iniciativas de Recuperação de Nápoles) - Sirena, promovida pela administração municipal, com o intuito de distribuir contribuições financeiras para as intervenções de restauro e manutenção feitas por particulares. Além de privilegiar – por motivos óbvios – as zonas de maior prestígio e socialmente apetecíveis da cidade, localizadas fora do núcleo antigo, o projeto Sirena revelou-se, com frequência, decepcionante, no que respeita aos resultados, conduzindo a alterações sistemáticas das superfícies arquitetônicas e a uma perda de grande parte das argamassas antigas⁷⁰.

Nessas condições, a Unesco, por solicitação de comitês e grupos de cidadãos, fez uma inspeção do sítio em dezembro de 2008, que poderia ter como resultado, inclusive, um possível cancelamento de Nápoles da Lista do Patrimônio Mundial. Afastada essa hipótese, a Unesco impôs algumas correções – entre as quais, também, uma definição mais adequada do incerto perímetro do centro histórico – e solicitou a redação de um Plano de Gestão do sítio, que se havia tornado obrigatório desde 2006⁷¹. No meio tempo, o Município elaborou um primeiro documento programático – o “Documento di orientamento strategico del Grande Programma per il Centro Storico di Napoli” (Documento de Orientação Estratégica do Grande Programa para o Centro Histórico de Nápoles) - DOS, depois atualizado no Piano Integrato Urbano (Plano Integrado Urbano) – PIU, divulgado em junho de 2009, para destinar uma não generosa cota de fundos europeus (280 milhões de euros) à intervenções de restauro e requalificação, baseados em fios condutores não muito bem definidos (“drivers”) relativos à “Cultura” e ao “Acolhimento”.

Entretanto a administração municipal deu seguimento à elaboração do Plano de Gestão do sítio, entregando-o em fevereiro de 2011, dentro dos prazos limites impostos pela Unesco. Esse documento é fundamentado numa interpretação do centro histórico de Nápoles pela lente do *Historic Urban Landscape* (HUL), novo contentor pelo qual a Unesco se propõe a compreender a complexidade do palimpsesto urbano. Entre os aspectos mais relevantes do plano, está a atenção com a mobilidade e a acessibilidade do centro histórico, junto com algumas análises típicas desse tipo de plano, como a análise SWOT e a definição dos eixos de ação⁷².

O Plano, ademais, propôs um novo e mais amplo perímetro do centro histórico de Nápoles, acatado pela Unesco, que aprovou, portanto, uma consistente extensão do originário perímetro reconhecido em 1995, levando-o a 1021 hectares, compreendendo também áreas verdes antes excluídas, como a Villa Comunale, o Jardim Botânico e Capodimonte, além de algumas localidades separadas do centro histórico e localizadas na colina de Posillipo, como Marechiaro, Santo Strato e a área de Villa Manzo-Santa Maria della Consolazione⁷³. A essa nova extensão, foi depois acrescentada uma *buffer zone* – cuja identificação é obrigatória, para definir uma zona tampão para garantir a

proteção do sítio – de 1350 hectares, na qual estão inclusões oportunas, como a área portuária⁷⁴, mas também tecidos urbanos de escasso interesse – como os bairros Vasto e Arenaccia, cujas características parecem bastante longe de satisfazer os critérios Unesco.

CONCLUSÕES

Depois de exatos quarenta anos de debates, de 1971 a 2011, o destino do centro histórico de Nápoles não parece ainda encaminhado a um programa promissor de restauro e requalificação. Ao longo dos anos, com efeito, a única resposta à crescente degradação construtiva e social parece ser a expansão bulímica do perímetro do centro histórico, que passou de 146 aos atuais 1917 hectares. Concomitantemente, prosseguiram os estudos e os aprofundamentos em âmbito acadêmico, desenvolvidos nos cursos de graduação da Faculdade de Arquitetura, na Escola de Especialização em Bens Arquitetônicos e Paisagísticos, e no mais recente “Master de excelência para a cidade histórica”, ativo desde 2008. Mas o distanciamento entre a riqueza dos estudos e dos projetos e a pobreza da realidade quotidiana da cidade parece verdadeiramente notável. Um dos problemas cruciais do centro histórico é exatamente o da participação ativa de seus habitantes, aos quais é confiada a difícil tarefa de se reconhecer em sua identidade e contribuir para transmitir seus valores⁷⁵.

Depois da entrega do Plano de Gestão, em 2011, uma ulterior crise econômica diminuiu para menos da metade os já escassos fundos disponíveis, levando-os a 100 milhões de euros. Com essa cifra, a administração municipal está promovendo, desde 2012 – com o objetivo de completar os trabalhos em 2015 –, uma série limitada de intervenções pontuais, concentradas prevalentemente nos grandes complexos religiosos, para os quais já existiam projetos de restauro, suficientemente detalhados, disponíveis. O resto do tecido urbano do centro histórico – aquela agora gigantesca parte da cidade que coincide com sua quase totalidade – permanece abandonado à esporádica e improvável iniciativa de particulares. Estes últimos devem confrontar-se com um rígido sistema de regras urbanísticas, que, se impõe limitações excessivas em relação aos edifícios de escasso ou nenhum valor da segunda metade do século 20, não parece proteger o patrimônio arquitetônico de alterações até mesmo consistentes, justificadas com a ambígua categoria da “represtinação”.

Tendo por pano de fundo essas normas, falta quase por completo – até no mais recente Plano de Gestão de 2011 – um cenário econômico crível, que possa traçar as linhas de um possível processo de requalificação e desenvolvimento sustentável da cidade histórica. Até mesmo o estudo de 1971, com todos os limites dos modelos então adotados, em parte ainda experimentais, parecia mais atento, ao situar as questões urbanas e de restauro numa perspectiva econômica e social mais ampla.

Nessas condições, é necessário ser verdadeiramente otimista para esperar que, dentro de quarenta anos, quando alguém se dedicar a escrever o prosseguimento dessa breve história, o centro de Nápoles – ou pelo menos seu núcleo mais antigo – terá se tornado um lugar onde aprender as práticas de restauro urbano e onde encontrar a virtuosa relação entre teoria e prática.

Tentaremos sê-lo. Tentaremos ter esperança de que o centro histórico de Nápoles possa constituir, um dia, um caso “excepcional”, não apenas pelos debates que suscitou, mas também pelas concretas iniciativas que o protegeram, restauraram e requalificaram.

NOTAS

- ¹ Cf. GIAMPAOLA, D.; LONGOBARDO, F. *Napoli greca e romana tra Museo Archeologico e centro antico*. Napoli: Electa, 2000.
- ² Cf. BENVENUTI FALCIAI, P. *Ippodamo di Mileto architetto e filosofo: una ricostruzione filologica della personalità*. Firenze: Università degli Studi di Firenze, 1982; GRECO, E. *La città greca antica: istituzioni, società e forme urbane*. Roma: Donzelli, 1999.
- ³ Cf. LAVEDAN, P. *Qu'est-ce que l'Urbanisme? Introduction à l'histoire de l'urbanisme*. Paris: Henri Laurens, 1926. A ideia da permanência do esquema planimétrico está presente já nos primeiros escritos dedicados por Giovannoni ao tema das “velhas cidades”, em particular em: GIOVANNONI, G. Il «diradamento» edilizio dei vecchi centri. Il quartiere della Rinascenza in Roma. *Nuova Antologia*, Roma, fascículo 997, p. 53-76, 1º de julho de 1913. Foi recentemente traduzido para o português, com o título “O ‘Desbastamento’ de Construções nos Velhos Centros. O Bairro do Renascimento em Roma”, in: KÜHL, Beatriz Mugayar (Org.). *Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2013, p. 137-177. Alguns anos depois, Giovannoni citará exatamente a cidade de Nápoles, como exemplo significativo dessa lei: “Em Nápoles, o velho núcleo, que tem a Via dei Tribunali como artéria principal e que contém monumentos civis e religiosos tão interessantes, seja do gótico, seja do barroco, segue, ainda, precisamente o traçado da cidade greco-romana, com seu rígido esquema retangular” (GIOVANNONI, G. *Vecchie città ed edilizia nuova*. Torino: Utet, 1931, p. 15).
- ⁴ Em italiano, a palavra antigo está associada, de modo mais específico do que em português, a um passado remoto. No campo da história – e da história da arquitetura e da arte em particular –, com frequência é associada à Antiguidade. (N. da T.)
- ⁵ PANE, R. Centro storico e centro antico. *Napoli nobilissima*, Napoli, v. VII, fascículo 5-6, p. 153-157, setembro-dezembro 1968. O texto foi depois republicado em: IL CENTRO antico di Napoli. *Restauro urbanistico e piano di intervento*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1971. Cita-se desta última publicação, v. I, p. 15.
- ⁶ Aqui nos limitamos a citar apenas os textos principais: BEGUINOT, C.; DE MEO, P. *Il centro antico di Napoli. Documenti e proposte*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1965; IL CENTRO antico di Napoli, *op. cit.*; ICOMOS. *Indirizzi per il restauro del centro storico di Napoli*. Napoli: Arte tipografica, 1982; STUDI CENTRO STORICO NAPOLI (SCSN). *Il regno del possibile. Analisi e prospettive per il futuro di Napoli*. Milano: Edizioni del Sole-24 Ore, 1986; _____. *Rigenerazione dei centri storici. Il caso Napoli*. Milano: Edizioni del Sole-24 Ore, 1988; AVETA, A. *Restauro e rinnovamento del centro storico di Napoli*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2009; MANGONE, F. *Centro storico, Marina e Quartieri Spagnoli. Progetti e ipotesi di ristrutturazione della Napoli storica, 1860-1937*. Napoli: Grimaldi, 2010; IL CENTRO STORICO Unesco di Napoli: indirizzi e metodologie per la redazione del Piano di Gestione. Napoli: Unione Industriali di Napoli, 2010; AVETA, A. e MARINO, B. G. (Org.). *Restauro e riqualificazione del centro storico di Napoli patrimonio dell'UNESCO tra conservazione e progetto*. Atti del ciclo di Seminari tenuti presso la Scuola di specializzazione in Beni Architettonici e del Paesaggio dell'Università di Napoli Federico II (Napoli, 16 febbraio-15 maggio 2012). Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2012.
- ⁷ Cf. sobre esse aspecto específico: AVETA, A. Beni immateriali e città storiche: istanze teoriche e prospettive. In: VALTIERI, S. (Org.). *Della Bellezza ne è piena la vista! Restauro e conservazione alle latitudini del mondo nell'era della globalizzazione*. Roma: Nuova Argos, 2004, p. 247-259. Sobre os aspectos relativos à atividade artesanal, ver também o documentário de Giulio Pane *Centro antico, nuovi problemi* (2006), disponível *on line* no site www.napoli.com.
- ⁸ Grande parte dessas soluções está em MANGONE, *op. cit.* Cf. também: PANE, A. Dagli sventramenti al restauro urbano. Un secolo e mezzo di progetti per un'area strategica del centro storico di Napoli: l'insula del Gesù Nuovo (1862-2012). In: AVETA, A.; MARINO, B. G. (Org.), *op. cit.*, p. 276-300.
- ⁹ Um confronto entre as diversas soluções foi proposto, pela primeira vez, por: COCCHIA, C. *L'edilizia a Napoli dal 1918 al 1958*. Napoli: Società per il Risanamento di Napoli, 1961. Para o âmbito específico do centro antigo, um estudo mais aprofundado das diversas hipóteses propostas ao longo do século XX foi realizado por: BEGUINOT, C.; DE MEO, P., *op. cit.* Cf. também: MIANO, P. Il centro storico nei piani regolatori della città. In: SCSN. *Rigenerazione dei centri storici*, *op. cit.*, v. I, p. 117-136; PANE, A. Dagli sventramenti al restauro urbano, *op. cit.*, p. 284 e subsequentes.
- ¹⁰ Uma síntese dessas intervenções foi feita por Roberto Pane, na introdução e nas fichas analíticas da obra IL CENTRO antico di Napoli, *op. cit.* Ver também PANE, A. Danni bellici, restauri e ricostruzioni a Napoli tra Quartieri Spagnoli, Monteoliveto e Rione Carità. In: CASIELLO, S. *Offese di guerra. Ricostruzione e restauro nel Mezzogiorno d'Italia*. Firenze: Alinea, p. 73-100. Sobre as condições de Nápoles nos anos do Pós-Guerra, são ainda fundamentais as obras: ALLUM, P. *Politics an society in post-war Naples*. Cambridge:

Cambridge University Press, 1973; ISABELLA, F. *Napoli dall'8 settembre ad Achille Lauro*. Napoli: Guida editori, 1980.

- ¹¹ COMUNE DI NAPOLI. *Piano regolatore generale di Napoli*. Napoli: Comune di Napoli, 1958, 5 v. Cf. DE LUCIA, V. E.; IANNELLO, A. L'urbanistica a Napoli dal dopoguerra ad oggi: note e documenti. *Urbanistica*, Roma, n. 65, p. 30-32, julho 1976; DAL PIAZ, A. *Napoli 1945-1985. Quarant'anni di urbanistica*, Franco Angeli, Milano 1985, p. 34-44.
- ¹² Para uma breve síntese dos debates daqueles anos, permito-me remeter a: PANE, A. "L'inserzione del nuovo nel vecchio". *Brandi e il dibattito sull'architettura moderna nei centri storici (1956-64)*. In: CANGELOSI, A.; VITALE, M. R. (Org.). *Brandi e l'architettura*. Atti della giornata di studio (Siracusa, 30 ottobre 2006). Siracusa: Lombardi Editori, 2008, p. 307-325. Na vasta bibliografia sobre o tema, acenos específicos à questão napolitana estão em: VILLARI, S. *Guerre aux bâtisseurs. La polemica di Roberto Pane contro la speculazione edilizia negli anni dell'amministrazione laurina*. In: CASIELLO, S.; PANE, A.; RUSSO, V. (Org.). *Roberto Pane tra storia e restauro. Architettura, città, paesaggio*. Atti del Convegno (Napoli, 27-28 ottobre 2008). Venezia: Marsilio, 2010, p. 398-402.
- ¹³ A forma sintética do presente texto não permite citar a longa bibliografia sobre o tema. Menciona-se, pelo menos: DOCUMENTO su Napoli. Napoli-Milano: Edizioni di Comunità, 1958. O fascículo-denúncia foi coordenado por R. Pane, para o movimento comunitário de Adriano Olivetti, por ocasião das eleições políticas de 1958. As observações do INU e da Soprintendenza local estão contidas no número 26 de *Urbanistica*, de março de 1959, p. 23-29. Entre as manifestações em escala nacional, basta citar a de: BRANDI, C. É una bestemmia il piano regolatore di Napoli. *Corriere della Sera*, Milano, 29 de setembro de 1959, republicado com o título Napoli 1959, in: BRANDI, C. *Il patrimonio insidiato. Scritti sulla tutela del paesaggio e dell'arte*. Roma: Editori Riuniti, 2001, p. 102-104.
- ¹⁴ As Superintendências, que se ocupam dos bens culturais e paisagísticos, são parte da administração central italiana; atualmente são ligadas ao Ministério dos Bens e das Atividades Culturais e do Turismo (MiBACT).
- ¹⁵ Nada é mais eficaz, para descrever a realidade de Nápoles daqueles anos, do que a sequência inicial do filme. Nela é mostrada, com efeito, com filmagem a partir de um helicóptero – acompanhada por notas dramáticas da trilha sonora de Piero Piccioni –, a assustadora densidade construtiva da cidade, que parece tão surreal graças também à ótima fotografia em preto e branco, a ponto de fazer pensar mais numa maquete, do que na realidade. No processo de preparação para o filme, Rosi valeu-se, para muitos aspectos urbanísticos da história, dos conselhos de Luigi Cosenza – citado nos créditos ao final do filme e representado pelo vereador comunista De Vita, interpretado por Carlo Fermariello, que se opõe às malfeitorias do conselho Lauro –, e teve também alguns encontros com Roberto Pane.
- ¹⁶ IL PIANO DI NAPOLI. Osservazioni della Sezione Campana dell'INU. *Urbanistica*, Roma, n. 26, p. 27-28, março 1959.
- ¹⁷ IL CENTRO antico di Napoli, op. cit., v. I, p. VII.
- ¹⁸ Cf. por exemplo: PANE, R. Restauro e problemi d'ambiente. *Architettura-cantiere*, Milano, n. 6, p. 18-25, 1955; _____. Restauro dei monumenti e conservazione dell'ambiente antico. Relazione al Congresso Internazionale dell'XI Triennale di Milano (Milano, 28-30 settembre 1957). In: ATTUALITÀ urbanistica del monumento e dell'ambiente antico. Milano: Görlich, 1958, p. 7-18.
- ¹⁹ Cf. ZEVI, B. Contro ogni teoria dell'ambientamento. *L'architettura. Cronache e storia*, Roma, n. 118, p. 212-213, agosto 1965.
- ²⁰ PANE, R. Introduzione. In: BEGUINOT, C.; DE MEO, P. *Il centro antico di Napoli*, op. cit., p. IX-XI.
- ²¹ O estudo, dirigido por Roberto Pane e coordenado por Roberto Di Stefano, tem, como outros autores, Lucio Cinali, Guido D'Angelo, Carlo Forte, Stella Casiello, Giuseppe Fiengo e Lucio Santoro. Os três últimos – todos arquitetos e depois docentes conceituados de Restauro e de História da Arquitetura da Università degli Studi di Napoli – eram, na época, assistentes de Roberto Pane. Reflexões e breves sínteses sobre o plano foram propostas, na sequência, por: AVETA, A. Aspetti metodologici del restauro urbanistico. I casi di Bologna e Napoli. *Restauro*, Napoli, p. 5-119, n. 30, março-abril 1977; GIANNATTASIO, C.; ROTOLO, H. Il piano di restauro del centro antico di Napoli del 1971. In: FIENGO, G.; GUERRIERO, L. *Monumenti e ambienti. Protagonisti del restauro del dopoguerra*. Napoli: Arte tipografica, 2004, p. 449-456; DE MARTINO, G. Il centro antico di Napoli. Piano di intervento del 1971. In: GIAMBRUNO, M. (Org.). *Per una storia del restauro urbano. Piani, strumenti e progetti per i Centri storici*. Novara: Cittàstudi edizioni, 2007, p. 205-212.
- ²² A comissão, que tinha como vice-presidente o então diretor da Faculdade de Arquitetura, Franco Jossa, era composta por: V. Albano, C. Beguinot, A. Bordiga, M. Borrelli, C. Cocchia, C. Coen, P. Conca, L.

Cosenza, R. D'Aponte, G. De Luca, V. Gallo, A. Gleijeses, E. Lombardi, A. Marsiglia, L. Pagliuca, R. Pane, G. Sambito, M. Simonelli, L. Tocchetti, G. Vitolo.

- ²³ Ver DE LUCIA, E.; IANNELLO, A., op. cit., p. 37.
- ²⁴ Idem, p. 46-50; DAL PIAZ, op. cit., p. 66-76; LEPORE, D. Piano regolatore generale, 1969-1972. In: BELFIORE, P.; GRAVAGNUOLO, B. *Napoli. Architettura e urbanistica del Novecento*. Roma-Bari: Laterza, 1994, p. 327-330.
- ²⁵ “Não conhecemos as razões que levaram a Comissão do PDG a delimitar a zona desse modo (regional n. 17 do PDG), nem nos é possível, num exame sereno, encontrar uma justificativa técnica que, além do mais, não aconselhe a assumir como linhas de limite alguns claros traçados viários, em vez de seguir um perímetro contorcido” (DI STEFANO, R. *Metodologia della ricerca*. In: IL CENTRO antico di Napoli, op. cit., v. I, p. 52).
- ²⁶ PANE, R. Centro storico e centro antico. In: IL CENTRO antico di Napoli, op. cit., vol. I, p. 17.
- ²⁷ Trata-se obviamente de uma média: em 1968, em algumas *insulae*, era atingido ou superado o índice de mil habitantes por hectare. Cf. DI STEFANO, op. cit., tabela II, p. 112-115.
- ²⁸ Cf. FORTE, C. Piano economico del rinnovamento ambientale. In: IL CENTRO antico di Napoli, op. cit., v. III, p. 211-294.
- ²⁹ Cf. IL CENTRO antico di Napoli, op. cit., v. I, p. XIII e prancha 15. Ver também, na mesma obra, CINALLI, L. Impianti di parcheggio, v. III, p. 9-40.
- ³⁰ PANE, R. Valori ambientali e criteri di intervento. In: IL CENTRO antico di Napoli, op. cit., v. II, p. 15.
- ³¹ DI STEFANO, op. cit., p. 72-73.
- ³² Arco abatido, utilizado, em geral, no século XV, cujo nome deriva da família Durazzo. Carlos Anjou-Durazzo (1345-1386) tornou-se rei de Nápoles, em episódio belicoso, envolvendo a disputa do trono com seus primos Anjou. Foi sucedido no trono de Nápoles por seus filhos Ladislau I e Giovanna II, últimos reis da casa de Anjou em Nápoles.
- ³³ Idem, p. 72.
- ³⁴ A esse respeito, deve ser assinalado um erro relevante, até agora não apontado pela historiografia relacionada ao plano de 1971: uma discrepância entre a legenda publicada na prancha 13, que ilustra o projeto geral, anexada ao primeiro volume, e aquela que precede as análises e propostas de pormenores, publicada na página 39 do segundo volume. Aqui, com efeito, as categorias de intervenção são reduzidas inexplicavelmente a seis, com a ausência daquela relativa ao “desbastamento vertical em edifícios de interesse notável”, representada na prancha 13 com a cor azul, e bem reconhecível pela hachura diversa presente nas pranchas de detalhe em branco e preto, anexadas ao segundo volume.
- ³⁵ O artigo 3 do D. M. de 2 de abril de 1968 n. 1444 estabelecia a quantidade mínima, inderrogável, de 18 m² para espaços públicos ou reservados a atividades coletivas, para espaços verdes públicos ou para estacionamento, repartida do seguinte modo: “a) 4,50 m² de área para a educação: creche, pré-escola e para a escolaridade obrigatória; b) 2,00 m² de área para equipamentos de interesse comum: religiosos, culturais, sociais, assistenciais, sanitários, administrativos, para serviços públicos (correio, proteção civil etc.) e outros; c) 9,00 m² de área para espaços públicos de parque e equipamentos para jogos e para esporte, efetivamente utilizáveis para essas instalações, excluindo-se as áreas verdes ao longo das vias; d) 2,50 m² de área para estacionamento”.
- ³⁶ Cf. FIENGO, G.; CASIELLO, S. Attrezzature scolastiche. Analisi e proposte. In: IL CENTRO antico di Napoli, op. cit., v. III, p. 43-94.
- ³⁷ PANE R. Valori ambientali e criteri di intervento. IL CENTRO antico di Napoli, op. cit., v. II, p. 13.
- ³⁸ Idem, p. 12.
- ³⁹ Cf. PANE, A. Dagli sventramenti al restauro urbano, op. cit., p. 276-300.
- ⁴⁰ Segundo Renato De Fusco, “o projeto do grupo dirigido por Roberto Pane e Roberto Di Stefano é o mais completo até hoje elaborado, a ponto de poder ser considerado um plano pormenorizado” (DE FUSCO, R. *Il centro antico come cittadella degli studi. Restauro e rinnovazione della Neapolis greco-romana*. Napoli: Clean, 2009, p. 71).
- ⁴¹ Cf. DE LUCIA, V. E. ; IANNELLO, A., op. cit., p. 57-64, em que é reportada uma síntese das sessões da Câmara de Deputados de 24, 28 e 29 de outubro de 1969, dedicadas à discussão de uma moção para o

desenvolvimento de questionamentos e interpelações sobre a situação urbanística napolitana. Entre os deputados muito críticos em relação à gestão urbanística de Nápoles, naqueles anos, está Giorgio Napolitano, atual Presidente da República Italiana.

⁴² Idem, p. 48.

⁴³ A questão é muito complexa e deu origem, naqueles anos, a um duro confronto entre Roberto Pane e alguns dos expoentes de *Italia Nostra* e de outras forças hostis ao PDG. O problema era originado pelo fato de o relatório que acompanhava o PDG, apresentada em 1969, declarar ter levado em conta “para delimitar e disciplinar o centro antigo, valorosos estudos feitos a esse respeito pelo instituto da faculdade de arquitetura, dirigido pelo professor Roberto Pane” (*idem, ibidem*). Considerando, porém, que em 1969 o estudo para o centro antigo ainda não havia sido publicado, isso significava simplesmente que a referência deveria ser ao volume de C. Beguinot e P. De Meo, de 1965, naquilo que concernia às análises, sobretudo pela distinção cultural entre “centro antigo” e “centro histórico”, proposta naqueles mesmos anos por Pane, o que, no entanto – como enfatizou diversas vezes –, não implicava consentir em intervenções pesadas fora do perímetro do centro antigo.

⁴⁴ Esse processo, aprovado exatamente um dia antes da transferência definitiva às Regiões, da competência no que respeita ao urbanismo (1º de abril de 1972), foi concluído “forçando ao limite do admissível as margens que a lei-ponte concedia para as modificações de gabinete introduzíveis num plano diretor pela autoridade de controle com competência para a relativa aprovação” (DAL PIAZ, op. cit., p. 79). Cf. também DE LUCIA e IANNELLO, op. cit., p. 56. Por “lei-ponte”, compreende-se a Lei nº 765, de 6 agosto 1967, que, por primeira vez, impedia edificar nas áreas livres dos centros históricos, na ausência de um plano diretor.

⁴⁵ Cf. LEPORE, D., op. cit., p. 330.

⁴⁶ Cf. DAL PIAZ, A., op. cit., p. 81-125.

⁴⁷ Para um exame sintético daquele período, remete-se a: JANIN RIVOLIN YOCCOZ, U. La cultura dei centri storici e i processi di trasformazione delle città italiane: il dibattito urbanistico in Italia negli anni Settanta. *Storia urbana*, Milano, ano XVIII, n. 66, , p. 169-187, janeiro-fevereiro 1994.

⁴⁸ Para uma síntese do plano de Bolonha, ver: BORTOLOTTI, S.; PALO, M. C. La nuova cultura delle città di Pierluigi Cervellati: il Piano per il centro storico di Bologna, 1969. In: GIAMBRUNO, M. (Org.) *Per una storia del restauro urbano*, op. cit., p. 171-178. Uma comparação entre os planos de Nápoles e Bolonha está em: AVETA, A. (Org.) *Aspetti metodologici del restauro urbanistico. I casi di Bologna e Napoli*, op. cit. Para outras cidades italianas, ver: GABRIELLI, B. *Il recupero della città esistente. Saggi 1968-1992*. Milano: Etaslibri, 1993.

⁴⁹ MIARELLI MARIANI, G. *Legge 457. Licenza di distruggere. Restauro*, Napoli, ano VIII, n. 41, p. 92-94, 1979.

⁵⁰ Como indicado nos créditos, a pesquisa, desenvolvida mediante o encargo dado pelo município de Nápoles, foi conduzida pelo Conselho Diretor do ICOMOS italiano, presidido por Roberto Di Stefano, que assumiu sua coordenação. O trabalho de elaboração das fichas valeu-se de especialistas como S. Casiello, A. Aveta, V. Agresti, L. Fusco Girard, A. Realfonzo (COMUNE DI NAPOLI; ICOMOS. *Indirizzi per il restauro del Centro storico di Napoli*. Napoli: Arte tipografica, 1982, p. 2).

⁵¹ Idem, p. 3.

⁵² Idem, p. 27-28.

⁵³ Uma avaliação atenta em relação ao patrimônio cultural já havia sido proposta por Di Stefano, no seu: *Il recupero dei valori. Centri storici e monumenti: limiti della conservazione e del restauro*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1979.

⁵⁴ “[...] o estudo do ICOMOS revelou-se profundamente inadequado e pouco utilizável. Deixando de lado alguns erros ou carências específicas, o estudo limitou, de fato, todo interesse aos aspectos apenas construtivos [...]”. E, ademais, é generalizada a introdução de parâmetros intuitivos e controversos, seja no que respeita a um misterioso “estado locativo” [...], seja no que concerne ao valor estético dos edifícios [...]” (DAL PIAZ, A. *Napoli 1945-1985*, op. cit., p. 163-164).

⁵⁵ Ver, a esse respeito, aquilo que está indicado nos dois estudos, de 1971 e de 1982, para a área dos teatros e os complexos de São Paulo Maior e Santa Patrícia.

⁵⁶ Cf. os já citados: SCSN, *Il regno del possibile*, op. cit. (1986); SCSN. *Rigenerazione dei centri storici. Il caso Napoli*, op. cit., 1988.

⁵⁷ Cf. PANE, G. Per il centro storico di Napoli. *Napoli nobilissima*, Napoli, v. XXVII, fascículo 3-4, p. 85-99,

maio-agosto 1988; FIENGO, G. Il centro storico di Napoli nel «Regno del Possibile». *Napoli nobilissima*, Napoli, v. XXVII, fascículo 5-6, p. 173-178, setembro-dezembro 1988. Ver também o número monográfico de *Rassegna ANIAI*, Napoli, ano XIII, n. 2, abril-junho 1989, em particular as contribuições de G. Pane, Gli aspetti metodologici, storico-critici e del restauro, nas páginas 8-13 e de A. Dal Piaz, I problemi urbanistici del Centro Storico, nas páginas 14 a 19.

- ⁵⁸ DE FUSCO, R. Le regole del gioco morfologico. In: SCSN. *Rigenerazione dei centri storici*, op. cit., p. 91-100; cf. PANE, G. Per il centro storico di Napoli, op. cit., p. 86-94.
- ⁵⁹ “A alguém servia um para-choque, e foi buscá-lo entre os escritos do ‘Mestre’; que, depois, todo o resto degenerasse, pouco importava; no meio tempo, o ‘Mestre’ havia morrido” (PANE, G. Per il centro storico di Napoli, op. cit., p. 85); “é reprovável que [o texto de R. Pane] tenha sido reciclado literalmente na proposta de ‘regeneração’ em exame, com a finalidade de utilizá-lo como álibi cultural” (FIENGO, G. Il centro storico di Napoli, op. cit., p. 175).
- ⁶⁰ Cf. DI STEFANO, R. Per la conoscenza della città storica e delle sue parti. In: SCSN. *Rigenerazione dei centri storici*, op. cit.
- ⁶¹ Cf. na mesma obra: DI STEFANO, R. Ipotesi di intervento, p. 190.
- ⁶² FIENGO, G. Il centro storico di Napoli, op. cit., p. 178. Complementa a proposta a hipótese de submeter a “concurso de ideias” todo o tecido quinhentista dos Bairros Espanhóis e também da área do bairro Mercado, junto das muralhas aragonesas.
- ⁶³ Cf. PANE, G. Il convegno ammaestrato. *Napoli nobilissima*, Napoli, v. XXVII, fascículos 5-6, p. 220-228, setembro-dezembro de 1988.
- ⁶⁴ Cf. LEPORÉ, D. *Variante generale al Prg della città di Napoli. Preliminare di piano*. In: BELFIORE, P.; GRAVAGNUOLO, B. *Napoli. Architettura e urbanistica del Novecento*, op. cit., p. 333-334.
- ⁶⁵ Cf. LUCARELLI, F.; MAROTTA, G (Org.). *UNESCO per la tutela dei centri storici. Napoli patrimonio dell’umanità*. Napoli: A.D. & D. studio idea editrice, 1994; PANE, G. Problematiche metodologiche, urbanistiche e dei beni culturali per il piano di gestione del centro storico, op. cit., p. 94. O sítio foi reconhecido em 1995, mediante apenas dois dos quatro critérios no dossiê de candidatura: o número II (“to exhibit an important interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape design”); e o número IV (“to be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history”).
- ⁶⁶ No dossiê de candidatura, foi pedida também a inserção das principais áreas verdes dentro ou nas margens do centro histórico, entre as quais a Villa Comunale, o Jardim Botânico, o bosque de Capodimonte. A proposta foi rejeitada, e essas áreas entraram na área UNESCO apenas com o novo perímetro, aprovado em 2011. Cf. PANE, G. Problematiche metodologiche, op. cit., p. 96 e 122.
- ⁶⁷ Cf. COLOMBO, L. Pianificazione urbanistica e tutela del centro storico. In: AVETA, A. e MARINO, B. G. (Org.). *Restauro e riqualificazione [...]*, op. cit., p. 362-363. Os desenhos foram adequados em junho de 2005, de acordo com as modificações aprovadas com Decreto do Presidente da Região da Campânia nº 323, de 11 de junho de 2004.
- ⁶⁸ Variante do Plano Diretor Geral de Nápoles (Piano regolatore generale di Napoli). Centro histórico, zona oriental, zona noroeste, Normas de aplicação (Norme d’attuazione), art. 104 (disponível no sítio www.comune.napoli.it; acesso março 2014).
- ⁶⁹ Idem, art. 102.
- ⁷⁰ Sobre os êxitos do projeto S.I.RE.NA., cf.: AVETA, A. *Restauro e rinnovamento del centro storico di Napoli*, op. cit., p. 184-185; AVETA, C. Restauri o ripristini per il patrimonio architettonico dei centri storici: il caso S.I.RE.NA. a Napoli, 2001. In: GIAMBRUNO, M. (Org.) *Per una storia del restauro urbano*, op. cit., p. 297-302; AVETA, A. Centro storico e progetto di restauro: per una cultura della qualità. In: AVETA, A. e MARINO, B. G. (Org.). *Restauro e riqualificazione [...]*, op. cit., p. 15-30.
- ⁷¹ Cf. Lei de 20 de fevereiro de 2006, nº 77, «Misure speciali di tutela e fruizione dei siti italiani di interesse culturale, paesaggistico e ambientale, inseriti nella “lista del patrimonio mondiale”, posti sotto la tutela dell’UNESCO» (“Medidas especiais de tutela e fruição dos sítios italianos de interesse cultural paisagístico e ambiental, inseridos na ‘lista do patrimônio mundial’, colocados sob a tutela da UNESCO”).
- ⁷² A análise SWOT é definida como “um instrumento utilizado para avaliar os pontos fortes (*Strengths*), os pontos fracos (*Weaknesses*), as oportunidades (*Opportunities*) e as ameaças (*Threats*), nas situações em que se devem tomar decisões para atingir uma série de objetivos, como no caso do planejamento”. O

conteúdo do Plano de Gestão está em sua inteireza no sítio: <http://www.comune.napoli.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/14142> (acesso março 2014). Cf. também: BELFIORE, P. Nuove integrazioni per un'antica dicotomia. In: AVETA, A. e MARINO, B. G. (Org.). *Restauro e riqualificazione [...]*, op. cit., p. 328-334; e, na mesma obra: COLOMBO, L. Pianificazione urbanistica e tutela del centro storico, p. 366-372; GIZZI, S. Problemi di tutela del centro storico di Napoli, p. 377-391.

⁷³ Ver o sítio <http://whc.Unesco.org/en/list/726/>. Acesso março 2014.

⁷⁴ Cf. BELFIORE, op. cit., p. 334.

⁷⁵ “É paradoxal que um centro inscrito no Patrimônio de toda a humanidade não seja percebido como Patrimônio comum antes de tudo por seus habitantes” (COLOMBO, op. cit., p. 373).

Andrea Pane

É arquiteto formado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Nápoles Frederico II (1998), especializando-se em questões ligadas à preservação de bens culturais, campo em que fez seu doutorado, na mesma Universidade (2003), com tese intitulada *Fortuna critica di Gustavo Giovannoni e del suo contributo alla 'questione dei vecchi centri'* (orientadora: Prof. Dra. S. Casiello). Em 2010, ingressou como docente nas disciplinas de Restauro da Faculdade de Arquitetura da Universidade Frederico II, com a qual colaborava desde 1999. Ensina tanto na graduação, quanto no curso de especialização, além de atuar no programa de doutorado. Tendo vencido concurso público, também trabalhou, em 2010, para a Superintendência de Bens Arquitetônicos e Paisagísticos para a província de Bari. Participou de diversos estudos de factibilidade para fins de restauro de edifícios (como para o Castelo de Carlos V em Capua e o Castelcapuano e a Arena Flegrea em Nápoles) e de áreas mais vastas (área de Crapolla, na península de Sorrento, e da cidade de Apice), além de concursos de projetos de restauro. Participou de mais de 40 congressos nacionais e internacionais sobre questões de preservação, tendo mais de 60 publicações na área, com especial interesse pelas questões teóricas de restauração e pela preservação na escala urbana, articulando também essa problemática no que respeita à acessibilidade em ambientes e edifícios de interesse cultural.

a.pane@unina.it